



portalbenews.com.br

ESTILO BE Psicanalista e escritor Lucas Lujan fala sobre polarização, amor e o desafio de conviver com quem pensa diferente ► **p19**



VITRINE Coluna destaca encontros do Brasil Export em Brasília, posse de Vital do Rêgo na ABDInfra e primeiros passos do Conselho São Paulo Export ► **p20**



Caderno especial traz os principais temas discutidos no Fórum Sul Export
► **p21 a p33**

Divulgação/



Azul e Sest/Senat firmam acordo para formar mecânicos de aeronaves
► **p10**



Divulgação/

Estado que responde pela maior economia do País terá um conselho próprio no fórum de debates, o SP Export, reunindo empresários e autoridades. Colegiado será coordenado pelo superintendente de Relacionamento e Governança em Licitações da B3, Guilherme Peixoto (foto) ► **p10**

POLÍTICA Lula assina Medida Provisória proíbe bets no Brasil
► **p3**

RODOVIAS Cometa terá viagens especiais ao Porto de Santos na temporada de cruzeiros
► **p12**

MINERAÇÃO Ibram nomeia Rodrigo de Azeredo Santos para a presidência
► **p13**

EDITORIAL

As mudanças climáticas e as concessões federais

O painel sobre resiliência climática no Sul Export 2026, fórum realizado pelo Grupo Brasil Export na semana passada, nos dias 17 e 18, em Foz do Iguaçu (PR), produziu um dos debates mais substantivos deste ano sobre a necessidade de adaptação na infraestrutura portuária. Não porque o tema seja novo. As enchentes gaúchas de 2024 e a seca amazônica de 2023/2024 colocaram o assunto na agenda de todos os operadores portuários do país. Mas porque, pela primeira vez, a discussão avançou da preocupação para a ação. A Infra S.A., empresa pública de planejamento e projetos ligada ao Ministério dos Transportes, apresentou a proposta que faltava: incluir ferramentas de resiliência climática “na espinha dorsal dos estudos de concessão de canais de navegação”, com matriz de riscos que define previamente quem responde pelos custos de eventos extraordinários — o concessionário, até determinado limite de assoreamento, o poder público, quando o volume excede a faixa contratual — e mecanismos de reequilíbrio que podem incluir alteração tarifária ou extensão do prazo contratual. É o instrumento que transforma o clima de força maior em variável contratual gerenciável.

A observação do diretor-presidente do Tecon Rio Grande, Paulo Bertinetti, de que “porto não é para quatro anos, é para 50, 100 anos”, é a premissa que torna o argumento da Infra S.A. não apenas correto, mas urgente. Concessões portuárias com prazos de 25 a 70 anos serão assinadas hoje e executadas num clima diferente do que os modelos históricos de sedimentação, regime de chuvas e nível do mar descrevem. O canal de Itajaí (SC), que sedimentou 1,5 milhão de metros cúbicos em uma semana neste mês, por efeito das chuvas do El Niño no Rio Itajaí-Açu, é o exemplo mais recente de que eventos que os contratos tradicionais classificariam como imprevisíveis estão se tornando previsíveis na frequência, restando a dúvida apenas sobre a intensidade e o momento da ocorrência. Um contrato de concessão que não contenha protocolo de resposta a esses eventos está incompleto por omissão, não por falta de conhecimento.

O modelo de matriz de riscos climáticos que a Infra S.A. propõe para os estudos de concessão de canais tem precedentes internacionais relevantes. Portos holandeses, que operam em território abaixo do nível do mar e convivem com a questão climática de forma existencial, desenvolveram, nas últimas décadas, contratos de concessão e de manutenção portuária com cláusulas específicas sobre eventos de alta energia, onde a responsabilidade do concessionário e do poder público é definida por limiar de excedência mensurável. A Autoridade Portuária de Roterdã (Países Baixos) tem modelos de distribuição de risco para dragagem baseados em volumes históricos de referência, exatamente do tipo descrito. Trazê-los para os estudos de concessão do País não é importar solução pronta, é aplicar lógica verificada a um problema que o Brasil já demonstrou não conseguir resolver ad hoc.

O painel do Sul Export 2026 produziu três conclusões que o Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) deveriam incorporar imediatamente à estruturação dos editais em preparação. A primeira é que a resiliência climática precisa entrar nos critérios de qualidade dos estudos de viabilidade, não como anexo ambiental, mas como capítulo central do dimensionamento de obras e da alocação de riscos. A segunda é que o conceito de “reequilíbrio por evento extraordinário” precisa ser definido com antecedência nos contratos, com critérios mensuráveis que permitam acionar o mecanismo sem litígio, pois disputar em arbitragem se uma seca ou uma inundação foi “extraordinária” enquanto o canal está assoreado não é gestão de risco, é gestão de crise. A terceira é que a coordenação entre terminais privados, autoridades portuárias e Governo precisa sair do comitê informal e se tornar protocolo, com obrigação contratual e mecanismo de fiscalização.

O setor portuário chegou à conclusão certa. O Sul Export 2026 mostrou operadores da região que já pensam em resiliência climática como dimensão da gestão de ativos, não como exigência regulatória a cumprir. Portonave, com comitê de sustentabilidade, Tecon Rio Grande investindo em mitigação, SCPar reforçando o molhe de Imbituba (SC), Infra S.A. incorporando matrizes de risco nos estudos de canal: são iniciativas voluntárias que precisam se tornar obrigações sistemáticas. O Governo Federal tem, nos editais de concessão que estão sendo preparados para os canais de Santos e para as hidrovias do Madeira, do Tapajós e do Tocantins, a oportunidade de fazer isso. Que não a desperdice esperando pela próxima inundação para descobrir que o contrato não previa quem pagaria a dragagem emergencial.

NESTA EDIÇÃO

MANCHETE
8 São Paulo ganha mais espaço no Brasil Export

- EDITORIAL**
2 As mudanças climáticas e as concessões federais
- INSIGHT**
3 “Uma nova ameaça à liberdade de imprensa”, por Marcelo Rech
HUB
4 Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) quer novas regras para a elaboração de seguros em contratos de concessão.
- POLÍTICA**
4 MP proíbe bets no Brasil. Prazo para saques é 5/10
6 Entidades liberais publicam ‘manifesto’ em defesa das bets
7 Votar na família Bolsonaro é votar em Vercaro, afirma Lula
- TRANSPORTES | AVIAÇÃO**
10 Azul e Sest/Senat firmam acordo para formar mecânicos de aeronaves
TRANSPORTES | PORTOS
11 APS fecha acordo com Centronave e poderá receber R\$ 416,9 milhões
Canal de Itajaí-Navegantes segue com operação restrita no fim de semana
- TRANSPORTES | RODOVIAS**
12 Cometa terá viagens especiais ao Porto de Santos na temporada de cruzeiros
Duplicação de trecho da BR-277 no Paraná tem entrega prevista para 2028
- MINERAÇÃO**
13 Oceana dobra área conhecida de terras raras em Serra Negra
Ibram nomeia Rodrigo de Azeredo Santos para a presidência
- FINANÇAS**
14 Prévia da inflação oficial de setembro fica em 0,70%, diz IBGE
Dólar recua no dia, mas sobe na semana
- COMUNICAÇÃO & MARKETING | OPINIÃO**
15 “O silêncio das lideranças e o custo da invisibilidade digital!”, por Helena Martho
- JUSTIÇA**
16 Conselho do MPF rejeita abertura de investigação contra Gonet
Master e INSS: Fachin espera parecer
- INTERNACIONAL**
17 Democratas acusam Trump de tentar interferir na eleição brasileira
Xi Jinping vê relação estável com EUA
- OPINIÃO**
18 “Carpe diem”, por Adilson Luiz Gonçalves
- ESTILO BE**
19 Comportamento, arte e tendências, com a jornalista Ivani Cardoso
- VITRINE**
20 Bastidores de festas, apresentações e visitas de autoridades, com a jornalista Núria Bianco
- CADERNO SUL EXPORT**
22 Setor defende articulação público-privada para ampliar infraestrutura logística no Sul
24 Concessões de canais precisam considerar particularidades dos portos
26 Portos ampliam investimentos em resiliência climática
28 Conteúdo local abre espaço para fornecedores brasileiros no offshore
30 Eólica offshore depende de regulamentação para integrar autoridades
32 Julião ressalta participação privada na infraestrutura do Sul
33 Logística pesa na decisão de empresas que avaliam operar no Paraguai



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
Jardins - São Paulo/SP
01404-200, BR

Sucursal Brasília
Casa Brasil Export
SHIS QL 26, Cj. 6, Casa 1
Lago Sul - Brasília/DF
71630-095, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Centro - Santos/SP
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo | Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Sub-editor | Jornal BE News
Luciano Ribeiro

Editores-executivos | Portal BE News
Vanessa Pimentel

Equipe de Reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista e Geovanna Barbosa (Estagiária)

Design | Jornal BE News
Mônica Mathias (Editora),
Fernando Cláudio Peel e Ricardo Lessa

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR
Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE
Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE
publicidade@redebenews.com.br





MARCELO RECH
Jornalista e presidente-executivo
da Associação Nacional de Jornais (ANJ)

opinioao@portalbenews.com.br

► COMUNICAÇÃO

Uma nova ameaça à liberdade imprensa

Em todo o mundo e em qualquer período da história, fazer jornalismo tem muito de missão, uma espécie de sacerdócio movido pela convicção de que informação livre e confiável tem o poder de transformar positivamente a sociedade, ou ao menos desacelerar os processos de degradação civilizatória. Na América Latina, desde sempre foi preciso muita perseverança, e até pitadas de heroísmo, para enfrentar ameaças e intimidações. Agora, é preciso agregar a este caldo de desafios doses maciças de teimosia para assegurar a manutenção da própria imprensa como instituição fundamental para as sociedades democráticas.

Os balanços das entidades de defesa da liberdade de imprensa são sempre assustadores quando chegam ao capítulo da América Latina. Há ditaduras que figuram nos piores índices em qualquer ranking de perseguição ao jornalismo livre, como Cuba e Nicarágua. Há assassinatos recorrentes de jornalistas, como no México, onde este ano haviam sido mortos até 15 de agosto sete profissionais de imprensa. E há ainda as intimidações constantes de governos de extrema direita e de esquerda. Tais regimes, que se multiplicaram na região na esteira da polarização, muitas vezes elegem a imprensa como inimiga, como forma de tentar eliminar o intermediário das más notícias e da fiscalização sobre seus governos.

O mundo, de fato, nunca foi fácil para jornalistas na América Latina. Mas agora apenas a teimosia, traduzida pela resiliência neste sacerdócio, se mostra capaz de resistir à onda devastadora das mudanças de algoritmos e à apropriação desautorizada de conteúdos jornalísticos tão arduamente produzidos e que são usados para alimentar os modelos de Inteligência Artificial sem quase nenhum reconhecimento. Todos defendem a liberdade de imprensa, mas ela precisa, além de liberdade, de uma imprensa robusta e economicamente saudável.

O aniquilamento gradual do ecossistema jornalístico interessa a regimes autoritários, a governos e políticos corruptos e a todos aqueles que enxergam na imprensa profissional não um aliado contra a barbárie, e sim um inimigo a ser destruído. Mas não deveria interessar às big techs e aos modelos de IA. Informação verificada, equilibrada e plural, é um bem cada vez mais escasso neste mundo atordoado pelas manipulações e deep fakes. Deveria, portanto, ser tratada como um bem precioso pelas bilionárias plataformas de IA, que pagam fortunas por talentos, softwares, chips, energia e datacenters, mas

se recusam a remunerar devidamente os fornecedores de seu insumo mais relevante, exatamente a informação precisa e confiável ainda produzida pelas redações.

Sem jornalismo profissional, uma vasta camada de dados das plataformas de IA será um imenso lodaçal no qual as alucinações e aberrações desinformativas vão imperar. Quem quiser ter uma ideia de como seria esse novo universo deve recordar o que ocorreu em Ceuta em julho passado. Mais de 70 mil marroquinos, em sua maioria jovens, se lançaram ao mar porque acreditaram piamente em uma desinformação propagada em alta velocidade pelas redes sociais e grupos de mensagem, de que bastaria chegar pelo mar a Ceuta para ter a Europa sob seus pés. Agora, segundo a última pesquisa do Reuters Institute for the Study of Journalism, da Universidade de Oxford, 52% dos jovens entre 18 e 24 anos se informam prioritariamente por redes sociais. O resultado da tendência? Uma massa enganada e mais de 80 corpos retirados do mar.

Essa visão do inferno informativo é um aperitivo do que pode acontecer se prosseguir a erosão do ecossistema jornalístico. Sem reportagens investigativas, os corruptos, os devastadores do meio ambiente, os exterminadores de direitos humanos, os déspotas e uma vasta legião de malfeitores, muitas vezes fora do alcance das leis, terão mãos livres para agir. Sem pluralidade, a sociedade perderá a noção dos pesos e contrapesos, essenciais nos processos de escolhas nas democracias, e se tornará cada vez mais refém de extremismos e da polarização. Sem jornalismo confiável, nossas sociedades retrocederão séculos de civilização.

Um extraordinário filme brasileiro, Ainda Estou Aqui, teve três indicações ao Oscar em 2025 e conquistou o de Melhor Filme Internacional. Ele narra a resistência moral, ética e emocional de uma família diante da desfaçatez da ditadura militar depois do desaparecimento do pai, um deputado federal de tendência moderada mas ainda assim encarado como inimigo a ser eliminado. O jornalismo na América Latina vive uma situação parecida. Sofre com violência, perseguições e injustiças e agora com a ameaça existencial de destruição pela inteligência artificial. Mas ainda estamos aqui. E nunca custa lembrar o que apregoa uma tradição oral brasileira inspirada na resistência dos indígenas: enquanto houver bambu, haverá flecha.

Este artigo de opinião foi encomendado como parte da campanha “Dia Mundial do Jornalismo” uma iniciativa que destaca o papel essencial do jornalismo na oferta de fatos e clareza

O ANIQUILAMENTO GRADUAL DO ECOSSISTEMA JORNALÍSTICO INTERESSA A REGIMES AUTORITÁRIOS, A GOVERNOS E POLÍTICOS CORRUPOTOS E A TODOS AQUELES QUE ENXERGAM NA IMPRENSA PROFISSIONAL NÃO UM ALIADO CONTRA A BARBÁRIE, E SIM UM INIMIGO A SER DESTROÇADO

POLÍTICA



LEOPOLDO
FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@redebenewscom.br

Novas regras para seguros

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) quer definir novas regras para a elaboração de seguros aplicáveis a contratos de concessão, de parceria público-privada e de arrendamento de ativos aeroportuários, portuários e hidroviários. As regras também serão válidas para delegações e autorizações de exploração. A proposta atualmente em debate prevê tornar obrigatória a inclusão do Estudo de Segurabilidade e Disponibilidade de Seguros como parte do Estudo de Viabilidade, Técnica, Econômica e Ambiental (Evtea).

Levantamento com o mercado

Segundo o MPor, essa nova avaliação terá de mensurar, “para cada risco relevante, a segurabilidade técnico-atuarial e regulatória, mediante consulta formal à Superintendência de Seguros Privados (Susep) e ao mercado segurador e ressegurador”.

Consulta pública

A proposta do Ministério é debatida com as comunidades portuária, aeroportuária e hidroviária, a partir de uma consulta pública aberta na última quinta-feira e que só será encerrada em 23 de outubro. Os interessados em participar devem enviar suas contribuições por meio do formulário eletrônico da plataforma Brasil Participativo, do Governo Federal.

Volta às aulas

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, está de volta aos “bancos escolares”. E dessa vez para iniciar uma nova fase em sua vida acadêmica, um doutorado em Administração Pública no tradicional Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), em Brasília. A novidade foi compartilhada pela autoridade com seus seguidores em suas redes sociais. As aulas começaram no início do mês.

Contratos de concessões

O doutorado de Franca terá como tema os desafios regulatórios dos contratos nas concessões de infraestrutura no Brasil, “com atenção à eficiência, à concorrência, à adequada alocação de riscos e à capacidade desses contratos de responder às mudanças que acontecem ao longo de décadas”, explicou.

“Significado especial”

Ao anunciar o início de seu doutorado, o ministro reconheceu que “voltar à sala de aula depois de mais de 20 anos de atuação no serviço público tem um significado especial. É a oportunidade de olhar para a experiência acumulada ao longo desses anos com outras lentes, aprofundar conceitos, confrontar ideias e, principalmente, transformar a prática em objeto de reflexão e pesquisa”.

MP proíbe bets no Brasil. Prazo para saques é 5/10

Um dos motivos alegados pelo governo para barrar as bets no país é a questão da saúde mental

Ricardo Stuckert



Um dos motivos alegados pelo governo para barrar as bets no país é a questão da saúde mental

Estadão Conteúdo

O governo federal decidiu encerrar a operação das bets no Brasil nesta sexta-feira, 25, com a edição de uma medida provisória assinada pelo presidente Lula. O anúncio foi feito pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan.

Segundo ele, os apostadores terão até as 23h59 do dia 5 de outubro - dia seguinte à votação do primeiro turno - para resgatar saldo nos sites de jogos. O ministro afirmou que a decisão ocorreu após o Executivo reunir informações do setor, escrutinar a atuação das plataformas e constatar impactos relevantes sobre a renda das famílias e a saúde pública.

Segundo Durigan, desde o início do tratamento do tema, em 2024, e com intensificação das ações ao longo de 2025 até o momento, o governo derrubou mais de 70 mil sites de apostas em parceria com a Agência Na-

cional de Telecomunicações (Anatel). O ministro também afirmou que beneficiários de programas sociais foram impedidos de apostar por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

O ministro disse ainda que o governo proibiu o chamado mercado coercitivo, classificado por ele como aposta 2.0, e excluiu da possibilidade de apostar pessoas superendividadas e atendidas por mecanismos de renegociação, como o programa Desenrola.

Durigan destacou a criação de uma ferramenta de autoexclusão, que, segundo ele, se tornou um canal relevante de recebimento de informações e de proteção aos usuários. De acordo com os dados apresentados, mais de 1,5 milhão de pessoas já se autoexcluíram das plataformas, e 60% dessas solicitações teriam sido motivadas por problemas de saúde mental.

Renda comprometida

Mesmo com as medidas adotadas, o ministro ava-

liou que a renda das famílias continua comprometida. Ele estimou que, apenas no mercado que estava legalizado, mais de R\$ 60 bilhões foram destinados às empresas de apostas, valor que, segundo ele, foi esterilizado do ponto de vista do consumo das famílias e da economia real. Durigan ressaltou que o montante não inclui a atuação de plataformas ilegais, que seguem sob combate do governo.

O ministro afirmou que, com o acesso aos dados de apostas realizadas no País, o Ministério da Saúde começou a realizar busca ativa para identificar e tratar pessoas com dificuldades associadas ao jogo.

Para o ministro, o quadro configura um problema grave de saúde pública, com relatos de angústia, vergonha e casos extremos, incluindo suicídios, em famílias afetadas. “A gente precisa estar do lado da população brasileira, do lado das famílias brasileiras”, disse Durigan, ao defender a medida adotada pelo governo.

InfraJUR FÓRUM NACIONAL BRASIL EXPORT 2026

Encontro de Direito de
Transportes, Energia e Mineração

7 DE OUTUBRO
17h00

PAINEL INFRAJUR

Estabilidade regulatória e previsibilidade
para investimentos no setor de
infraestrutura

- ◆ Autonomia das agências reguladoras
- ◆ Fiscalização de serviços fundamentais sem viés político
- ◆ Investimentos em estrutura e quadro de profissionais

MODERAÇÃO



**LUCIANA
MATTAR**

Sócia-fundadora do
Mattar Vilela Advogados



**THIAGO
MILLER**

Sócio-proprietário da
Advocacia Ruy de
Mello Miller



**GUILHERME
SAMPAIO**

Diretor-Geral
da ANTT



**MAURO HENRIQUE
MOREIRA SOUZA**

Diretor-Geral
da ANM



**FREDERICO
DIAS**

Diretor-Geral
da ANTAQ

DEBATEDORES

Demais participantes a confirmar



**Royal Tulip Alvorada
Brasília - DF**



Confira a Programação em
www.forumbrasilexport.com.br



Transmissão ao vivo e gratuita
pelo canal da TV BE News

**BRASIL
EXPORT**
FÓRUM NACIONAL DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES, ENERGIA E MINERAÇÃO

POLÍTICA

Entidades liberais publicam ‘manifesto’ em defesa das bets

Organizações afirmam que as empresas do setor passaram por uma regulamentação, pagaram para operar por cinco anos e que decisão abre as portas para sites ilegais

Estadão Conteúdo

Entidades que defendem a livre iniciativa publicaram um “manifesto” em defesa do mercado de bets no Brasil, após o anúncio do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de que o governo vai dar fim ao modelo de negócio.

No texto, as organizações afirmam que as empresas do setor passaram por uma regulamentação neste mandato, regida pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, e “pagaram uma outorga absurda de R\$ 30 milhões” para operar por cinco anos.

Assinam o documento o Instituto Livre Mercado, o Instituto Liberdade, o Ranking dos Políticos, o Clube Farroupilha, o Lola Brasil, a organização Atlantos e a Juventude Libertária de Sergipe.

“A regulamentação representou uma escolha institucional que a tradição liberal reconhece como sensata: nenhuma autoridade central detém o conhecimento disperso necessário para decidir, do alto de um gabinete, o que cada cidadão deve fa-

zer com o próprio tempo e o próprio dinheiro”, afirmam.

Os signatários prosseguem: “Em vez de fingir que a demanda por apostas não existe, o Estado optou por reconhecê-la e, com isso, submetê-la a regras, mecanismos de proteção e instrumentos de fiscalização”.

Eles também afirmam que, por “ato unilateral”, o governo ameaça uma política pública “amadurecida” ao dar fim às bets em período eleitoral.

“Uma sociedade livre não se protege substituindo a ação humana por decretos que presumem saber, melhor do que cada indivíduo,

o que é bom para ele”, diz o manifesto. “Protege-se com regras claras, fiscalização eficiente e informação. Proibições que empurram o cidadão para a clandestinidade não cumprem esse papel - apenas o transferem para fora do alcance do Estado.”

Sites ilegais

De acordo com as entidades, o fim das bets arrisca a segurança jurídica e abre espaço para sites ilegais. Além disso, afirmam que a medida ceifa a “liberdade de escolha” dos cidadãos e dizem que há “paternalismo” na decisão do governo. “Tratar cada apostador

como um doente em potencial, que precisa ser impedido de agir por seu próprio bem, é confundir política de saúde com tutela, e é exatamente contra essa confusão que a tradição liberal alerta”, dizem as instituições.

Flamengo

O Flamengo também divulgou nesta sexta-feira uma nota oficial com críticas à medida. O clube defende a manutenção do setor e afirma que uma mudança poderia causar danos ao esporte e à economia do país.

De acordo com o Flamengo, a regulamentação

das bets ocorreu após longa discussão no país e ressalta que tais empresas operam com base nas regras estabelecidas pelo Governo Federal, que incluem fiscalização, tributação e mecanismos de proteção ao consumidor

“O jogo não vai acabar com uma canetada. O que acaba é a parte que o Brasil consegue regular, fiscalizar, tributar e responsabilizar. E o resultado pode ser menos segurança para quem investe, menos recursos para o esporte e para o país e menos capacidade de fiscalização sobre a atividade”, diz trecho da nota divulgada pelo Flamengo.

Magnific



As entidades alegam que, por “ato unilateral”, o governo ameaça uma política pública “amadurecida” ao dar fim às bets em período eleitoral

Flávio critica e Cury apoia MP do governo

O candidato à presidência Flávio Bolsonaro (PL) criticou nesta sexta-feira, 25, a medida provisória (MP) para proibir as bets no país. O senador acusou Lula de fazer estelionato eleitoral às vésperas da eleição.

“Trata-se de mais um estelionato que o governo Lula quer fazer antes da eleição. Faltando só nove dias para a eleição, ele

anuncia que vai acabar com as bets. Você sabia que foi o Lula que legalizou as bets?”, questionou Flávio em vídeo publicado há pouco em seu perfil no Instagram.

O senador afirmou que Lula age de forma “oportunista” ao apresentar uma solução para um problema que, segundo ele, o próprio governo criou. Na verdade, o governo Lula foi quem

regulamentou as bets, que passaram quatro anos sem nenhuma fiscalização durante o governo Bolsonaro.

Flávio também questionou a duração da medida anunciada pelo governo e afirmou que, caso uma eventual MP perca a validade após as eleições, as bets poderiam voltar a operar.

Já o candidato Augusto Cury (Avante) defendeu

a decisão do governo Lula. “As bets de efeito rápido e curto também geram dependência. Nós precisamos ou terminar com as bets ou taxá-las de maneira concreta, grande”, afirmou Cury.

O candidato também argumentou que o setor deveria ter tributação maior e comparou a carga que atribuiu às bets com a de outros produtos. “Hoje elas

estão taxadas em 12% e os alimentos em 18% e os remédios em 30%, 32%. Não é possível isso. Então elas têm que ser taxadas”, declarou.

Cury também associou as apostas eletrônicas a problemas de dependência psicológica. “Nós não podemos aceitar milhões e milhões de pessoas asfixiadas pela dependência psicológica das bets”, afirmou.

Votar na família Bolsonaro é votar em Vorcaro, afirma Lula

Presidente engrossa discurso contra seu principal adversário. Senador também ataca e diz que “Lula virou um produto vencido, uma mercadoria vencida que ninguém aguenta mais”.

Ricardo Stuckert

Estadão Conteúdo



Lula afirmou que seus opositores querem acabar com a política de reajuste do salário mínimo criada pelo seu governo

O presidente da República e candidato à reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), disse, nesta sexta-feira, 25, que “votar na família Bolsonaro é votar no Daniel Vorcaro”. A associação direta que a campanha do presidente tem feito nos últimos dias é uma estratégia para tentar desgastar o senador Flávio Bolsonaro (PL), principal adversário de Lula na disputa.

“Eu vou ganhar as eleições no primeiro turno. A gente não pode permitir a vitória de Flávio Bolsonaro. Votar na família Bolsonaro é votar no Vorcaro. Votar nos Bolsonaro é votar na quadri-lha que assaltou a Previdência Social. É votar no cara que vai dormir enrolado na bandeira americana, porque eles são traidores”, afirmou.

A declaração se deu em comício no Recife nesta sexta-feira. Lula falou sobre os compromissos que terá nesta sexta e nos próximos dias. Disse que nesta sexta vai para São Paulo, onde assinará alguns atos (entre eles o de proibição das bets) e depois vai a um “debate” com empresários à noite.

No sábado, vai a evento na Zona Leste de São Paulo. No domingo pela manhã, vai gravar uma entrevista

para o programa Canal Livre, da Band.

O presidente citou ainda viagens a Pará, Bahia, Ceará e Minas Gerais na reta final de campanha.

Lula disse, ainda, que “não podemos permitir nunca mais o genocídio que houve na pandemia da covid-19”. Afirmou que o País está diante de uma escolha entre “democracia e barbárie” na disputa presidencial.

Falou que seus apoiadores têm “dez dias para fazer com que a verdade vença a mentira”. Também orientou os militantes sobre a ordem de votação e disse que é preciso “votar em deputados do nosso time”.

Lula afirmou que seus opositores querem acabar com a política de reajuste do salário mínimo criada pelo seu governo. A política de reajuste estabelece o aumento anual pela inflação e mais um percentual que varia a partir do crescimento do PIB nos últimos anos. “Eles da direita querem acabar com o aumento do salário mínimo, ajustar só pela inflação”, disse o presidente em comício.

Flávio também ataca

Flávio Bolsonaro (PL) voltou a direcionar críticas ao governo federal durante agenda pública no Rio de Janeiro

nesta sexta-feira, ao dizer que o governo Lula teria “envidado o povo brasileiro” e contribuído para um cenário de insegurança, ele defendeu que o Brasil e o Estado do Rio de Janeiro querem mudanças.

“Lula virou um produto vencido, uma mercadoria vencida; é um material fatigado, que ninguém aguenta mais. Todo mundo já sabe que ele não vai entregar o que promete. É um governo que endividou o povo brasileiro, está todo mundo com medo de andar na rua, e essas são, para mim, as principais razões de a gente já estar liderando as pesquisas”, sustentou. “Vamos

conduzir este País. Daqui a nove dias, vocês verão Flávio Bolsonaro, presidente da República, no primeiro turno”, complementou.

Para Flávio, o retrato apontado por pesquisas internas da campanha indicando sua liderança na intenção de voto, se comprova nas ruas. “Manda o Lula andar aqui no meio da tropa, aqui no meio do povo, no meio da rua, como eu estou fazendo, arrastando multidões.”

No Sudeste, o candidato do PL concentra 37% das intenções de voto no primeiro turno ante 35% da candidatura do PT, segundo pesquisa Datafolha divulgada na quinta-feira (23%).

Flávio desmente boato sobre padroeira

O suposto apoio do candidato à Presidência pelo PL, senador Flávio Bolsonaro, à proposta de retirar Nossa Senhora Aparecida da condição de padroeira do Brasil dominou o debate digital nesta sexta-feira.

Levantamento da Palver, empresa de inteligência e análise do ambiente

digital, mostra que o tema viralizou nas redes sociais e mensageria, atingindo o pico de 735 menções a cada 100 mil mensagens nas redes sociais na tarde de hoje. Flávio Bolsonaro negou ter apoiado a proposta.

A Palver monitorou mensagens nas redes sociais (Instagram, X, Facebook, TikTok e

Youtube) e nas redes de mensageria (WhatsApp e Telegram) relacionadas à eventual retirada de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, entre 24 e 25 de setembro. O levantamento identificou que 73% das mensagens eram críticas ao senador Flávio Bolsonaro nas redes, enquanto 23% eram men-

ções de apoio ao senador. Na mensageria, a crítica alcançou 60% das menções ao Flávio Bolsonaro, enquanto o apoio foi de 40%. O movimento, avalia a Palver, reflete a presença de grupos bolsonaristas ativos na disseminação do desmentido na mensageria.

Flávio Bolsonaro negou a intenção de promover a

mudança. “É mentira que apoiei projeto para retirar Aparecida como padroeira do Brasil. Respeito todas as religiões. Jamais vou falar para a Igreja Católica a forma que os padres têm ou não que induzir a sua Igreja Católica. Isso não é papel do Estado se meter na igreja, como o Lula faz”, declarou.

BRASIL EXPORT

São Paulo ganha mais espaço no Brasil Export

Estado que responde pela principal economia do País contará com conselho próprio. Criação do colegiado foi apresentada a empresários e autoridades nesta semana, na capital paulista

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

Principal estado do País, responsável pela maior economia da federação, seu maior parque industrial e líder no comércio exterior brasileiro, São Paulo ganhará mais espaço no Fórum Brasil Export, principal movimento de debates sobre infraestrutura da nação. No próximo dia 6 de outubro, na abertura da edição nacional do Brasil Export, em Brasília (DF), será lançado oficialmente o conselho do São Paulo Export. A proposta foi apresentada a executivos e autoridades na última quinta-feira, na capital paulista.

A reunião foi presidida pelo CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, e também teve a participação do secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Jorge Lima, e do diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Felipe Queiroz.

Os desafios do desenvolvimento do estado, especialmente na infraes-



Formação do SP Export foi anunciada a executivos do setor de infraestrutura e a autoridades paulistas

trutura de transportes e nos segmentos de comércio exterior, tecnologia, energia e sustentabilidade, já eram debatidos nos conselhos e nos fóruns do grupo, tanto no do Santos Export, mais voltado para as pautas envolvendo o Porto de Santos (SP), o principal do País, como no do Sudeste Export, que também discute questões relacionadas a Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, e no próprio colegiado nacional. Mas a partir do dia 6, São Paulo terá um conselho específico, o SP Export, que irá tratar tanto de transportes e logística, como de mobilidade urbana, energia e saneamento, expli-

cou Fabrício Julião.

“São Paulo lidera a economia nacional. Seu setor de infraestrutura é um dos mais pujantes do Brasil. Então é natural que ele tenha seu próprio conselho, seguindo nossa linha de abrir mais espaço para os estados em nossos debates”, destacou o CEO do Grupo Brasil Export.

A criação de um conselho reunindo grandes empresários e autoridades ligados ao estado é essencial para o desenvolvimento de sua economia e de sua sociedade, afirmou o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Jorge Lima, convidado especial da reunião. A autoridade comentou que “a força e o crescimento da economia paulista, muitas vezes, não deixam tão evidente os desafios que temos de enfrentar. Como estamos sempre crescendo, os pontos que temos de melhorar nem sempre ficam evidentes. Por isso que ter o setor privado reunido nesse conselho é estratégico para continuarmos esse crescimento”.

Lima também destacou o papel do empresariado no crescimento econômico do País, orientando e até “pressionando” as autoridades, de modo a ga-

rantir as condições necessárias para investimentos. “São vocês que, em última análise, apontam para onde vamos crescer. Vocês não podem esquecer que o governo está aqui para ouvir vocês. E quando o setor privado fala, a gente tem obrigação de escutar”

Reuniões com autoridades

O SP Export será presidido pelo superintendente de Relacionamento e Governança em Licitações da B3 (a bolsa de valores paulista), o advogado Guilherme Peixoto. Na reunião de apresentação do conselho, ele destacou a missão que o colegiado terá: ser um

canal de debates e diálogo entre a sociedade e o poder público, de modo a desenvolver a economia paulista. “Estamos falando de um estado que lidera a produção indústria e o comércio exterior do Brasil, tem o maior mercado consumidor da Nação. Mas também tem seus desafios e vamos discutir com quem lida com essas questões e levar nossas propostas ao governo”.

A partir de sua criação oficial, no dia 6, o SP Export passará a realizar reuniões frequentes, sempre com a participação de uma liderança ou uma autoridade de destaque. No encontro desta semana, o convidado foi o secretário Jorge Lima. Para o próximo, cuja data ainda não foi divulgada, o convite será feito ao secretário estadual de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini.

“O desenvolvimento paulista será sempre nossa pauta. Sempre teremos grandes nomes em nossas reuniões para discutir o crescimento do estado. Serão grandes empresários tendo a oportunidade de debater com lideranças e autoridades o presente e o futuro de São Paulo”, afirmou Guilherme Peixoto.



Novo conselho será presidido pelo superintendente de Relacionamento e Governança em Licitações da B3, Guilherme Peixoto



Ao lado do CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, o secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Jorge Lima, destacou importância da criação do conselho

BRASIL EXPORT

As pautas do SP Export

fotos Divulgação

O conselho do São Paulo Export será lançado oficialmente apenas no próximo dia 6 de outubro, durante o Fórum Nacional do Brasil Export, em Brasília (DF). Mas os integrantes do colegiado já apresentaram os temas e os desafios que desejam debater com seus pares. As propostas foram apresentadas na noite da última quinta-feira, dia 24, durante a apresentação do conselho. Confira a seguir os tópicos que o SP Export irá discutir e seus primeiros integrantes.



“A segurança jurídica é um tema cada vez mais importante (para o desenvolvimento da infraestrutura). Sem ela, não há investimento”

Bruno Aurélio
advogado especializado em práticas de Infraestrutura e Regulatório, sócio



“Um dos grandes desafios do setor de infraestrutura é garantir sua resiliência climática”

Eduardo Camargo
presidente da Motiva Rodovias Grupo CCR



“Não faltam recursos para o mercado de infraestrutura. Mas temos de ter projetos e um cenário favorável para o investimento”

Thiago Meirelles
sócio-fundador e CEO da Avren Investimentos



“Um ponto que não pode ser esquecido é o impacto social da infraestrutura. Esses investimentos levam o desenvolvimento pelas regiões onde são realizados”

Fernanda Bassanesi
presidente do Conselho de Administração da EPR



“O setor de infraestrutura tem de ter segurança para investir. Temos de ter continuidade. Não podemos ficar nos preocupando com trocas de governo”

Fernando Quintas
CEO da CS Infra



“As mudanças climáticas têm afetado toda a logística nacional. Devemos de estar preparados para isso”

Marcello Di Gregorio
diretor-geral da SuperTerminais



“O Túnel Santos-Guarujá terá um grande impacto no crescimento do Porto de Santos”

Marcelo Pansan
diretor de Desenvolvimento de Negócios da Mota-Engil América do Sul e diretor-presidente do Projeto Túnel Santos-Guarujá



“O saneamento avançou fortemente, mas ainda enfrenta desafios”

Renê Silva
CEO da Igua Saneamento



“A infraestrutura social tem de ser debatida. Na gestão hospitalar, conseguimos índices de referência”

Victor Pereira
diretor financeiro da Construcap



“A saúde dos trabalhadores não pode ser esquecida. Os portuários, por exemplo, precisam de uma atenção especial”

Jean Gorinchteyn
médico infectologista secretário de Saúde da Prefeitura de São Bernardo do Campo (SP) e ex-secretário estadual de Saúde de São Paulo



“Temos de apoiar as start-ups, as empresas de tecnologia, que têm um grande papel no desenvolvimento da economia”

Marcelo Gorinchteyn
diretor-executivo do Hub Brasil Export



“A segurança hídrica é um dos pontos mais importantes para serem debatidos”

Rafael Strauch
presidente da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (Emae) e diretor de Projetos e Novos Negócios da Sabesp



“A relação do setor de infraestrutura com as cidades é essencial. Sua maior integração é estratégica para o desenvolvimento”

João Paulo Tavares Papa
diretor da Sabesp e ex-prefeito de Santos (SP)

TRANSPORTES | Aviação

Azul e Sest/Senat firmam acordo para formar mecânicos de aeronaves

Curso técnico será estruturado em Campinas, com uso das instalações da companhia e credenciamento junto à Anac

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

O Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest/Senat) e a Azul Linhas Aéreas assinaram nesta quinta-feira (24), em Campinas (SP), um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para a criação de um Curso de Formação Técnica de Mecânicos de Manutenção Aeronáutica (MMA). A primeira turma está prevista para o segundo semestre de 2027.

O acordo terá vigência de 60 meses, com possibilidade de prorrogação, e prevê inicialmente a formação de duas turmas. Uma será voltada à habilitação em Aviônicos, área que envolve sistemas elétricos, eletrônicos e de comunicação das aeronaves. A outra será destinada à habilitação em Célula, que abrange estrutura, sistemas mecânicos e componentes físicos dos aviões.

Pelo ACT, o Sest/Senat ficará responsável pela gestão pedagógica do curso, pela disponibilização de corpo docente certificado e pelo credenciamento da formação junto à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A Azul fornecerá estruturas de treinamento e manutenção em Campinas, além de equipamentos,



O ministro Tomé Franca destacou a necessidade de que o crescimento da aviação seja acompanhado pela formação de profissionais para atender à expansão da atividade

ferramentas e materiais aeronáuticos para as atividades práticas.

A parceria também prevê apoio da companhia aérea à empregabilidade dos profissionais formados. A Azul deverá divulgar vagas e oportunidades de estágio e possibilitar a participação dos alunos em processos seletivos da empresa.

O acordo foi firmado diante da necessidade de ampliar a oferta de profissionais qualificados para a aviação e aproximar a formação técnica das demandas das empresas do setor. A atividade de manutenção aeronáutica depende de mão de obra especializada e está diretamente relacionada aos padrões de segurança das operações.

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, participou da cerimônia de assinatura e destacou a necessidade de que o crescimento da aviação seja acompanhado pela

formação de profissionais para atender à expansão da atividade.

“Não podemos falar de aviação apenas considerando a infraestrutura aeroportuária e o número de passageiros. Precisamos levar a junção da infraestrutura e do número de passageiros à formação dos profissionais que estão por trás de todo esse trabalho que é construído e ofertado aos brasileiros. Hoje, especialmente, assinamos esse acordo para a formação de mecânicos aeronáuticos. A parceria aqui é perfeita: quem entende de aviação, quem entende de formação”, afirmou.

Embora tenha participado da cerimônia e dado apoio institucional à iniciativa, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) não integra contratualmente o acordo nem terá participação financeira na parceria entre Sest/Senat e Azul.

Formação técnica

A criação do curso em Campinas se soma a outras iniciativas voltadas à formação de mecânicos de manutenção aeronáutica diante da dificuldade do setor em encontrar profissionais especializados.

No Distrito Federal, o MPor mantém, em parceria com o Senat, o programa Asas para o Futuro, que oferece formação presencial de Mecânico de Manutenção Aeronáutica homologada pela Anac. A primeira edição reúne 74 bolsistas nas habilitações de Grupo Motopropulsor, Célula e Aviônicos.

O programa foi estruturado após levantamento realizado pelo Ministério junto a empresas do setor. A Pesquisa OM/2025 ouviu 13 organizações de manutenção aeronáutica e identificou escassez de profissionais qualificados, além da necessidade de cursos mais

alinhados às demandas das companhias.

A procura pela formação também indicou interesse elevado pelas oportunidades na área. As 74 vagas oferecidas na primeira edição do Asas para o Futuro foram preenchidas entre 1.916 inscritos.

A diferença entre as iniciativas é que, no caso do acordo assinado em Campinas, a formação será estruturada diretamente entre Sest/Senat e Azul, com utilização da infraestrutura da companhia aérea para as atividades práticas e preparação de profissionais para funções demandadas pela própria operação do setor.

Tomé Franca afirmou que o governo pretende ampliar a cooperação com o Sest/Senat em projetos de qualificação profissional voltados aos diferentes segmentos do transporte.

“Queremos estreitar ainda mais a parceria com o Sest/Senat, apoiando projetos de lei e ampliando a capacidade de investimento na formação do nosso setor. Para que possamos, cada vez mais, ter brasileiros bem capacitados para as oportunidades que vêm surgindo no nosso país nos últimos anos”, disse.

Com a previsão de início das primeiras turmas no segundo semestre de 2027, a próxima etapa envolverá a estruturação pedagógica, o credenciamento do curso e a preparação das instalações, dos equipamentos e dos materiais que serão utilizados na formação prática dos futuros mecânicos de manutenção aeronáutica.



APS fecha acordo com Centronave e poderá receber R\$ 416,9 mi

Valor está depositado em juízo e será liberado após homologação; acordo encerra disputa sobre tarifas de acesso aquaviário iniciada em 2022

Antonio Augusto / STF

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Autoridade Portuária de Santos (APS) fechou um acordo com o Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave) para encerrar a disputa judicial sobre a cobrança de tarifas de infraestrutura de acesso aquaviário no Porto de Santos. Com o entendimento, a companhia poderá receber aproximadamente R\$ 416,9 milhões que estão depositados em juízo, considerando a base auditada até 30 de junho deste ano.

A liberação dos recursos depende da homologação do acordo pela 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Santos e do cumprimento dos procedimentos previstos no ajuste. A proposta foi aprovada pela Diretoria da APS e será submetida à Justiça Federal no âmbito do processo nº 5000363-29.2022.4.03.6104.

Além da conciliação dos valores depositados judicialmente, o acordo esta-

belece novos critérios para a aplicação de descontos tarifários por frequência e determina que os pagamentos futuros sejam realizados diretamente à Autoridade Portuária.

A disputa teve início em 2022, quando armadores e operadores passaram a questionar judicialmente a cobrança integral das tarifas. Os autores alegavam que investimentos em infraestrutura portuária previstos não haviam sido realizados. Naquele período, também estava em andamento o processo de privatização da gestão do Porto de Santos, o que afetou o planejamento e o cronograma de investimentos em infraestrutura.

Durante a tramitação da ação, os valores correspondentes às tarifas continuaram sendo depositados judicialmente pelos autores. Desde 15 de setembro de 2025, a APS aplica desconto de 34,6% nas tarifas cobradas dos armadores e operadores abrangidos pela medida, conforme a Portaria DIPRE nº 191/2025.

Com a homologação do acordo, os novos depósitos

judiciais serão encerrados e os pagamentos passarão a ser feitos diretamente à APS, restabelecendo o fluxo regular das receitas tarifárias.

Pelo acordo, a APS deverá publicar uma nova Portaria DIPRE para regulamentar os descontos tarifários, observando os procedimentos previstos na Resolução ANTAQ nº 61/2021.

Os descontos terão como base critérios objetivos relacionados à frequência e à modalidade de navegação. As regras deverão ser aplicadas de forma isonômica a todos os usuários que atendam aos requisitos, independentemente de serem associados ao Centronave.

A Autoridade Portuária também ficará responsável pela apuração, revisão e conciliação dos valores faturados e depositados judicialmente.

A solução da disputa ocorre em um momento em que a APS afirma contar com um Plano de Investimentos estruturado, com cronograma definido e previsão de aproximadamente R\$ 12,5 bilhões em aportes, incluindo recursos federais.



A liberação dos recursos depende da homologação do acordo pela 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Santos e do cumprimento dos procedimentos previstos no ajuste

Parte das intervenções já está em execução, como a ampliação da malha ferroviária interna do Porto de Santos, enquanto outros projetos contam com contratos formalizados.

Passivos

O acordo integra a política da atual gestão da APS para solucionar passivos históricos e controvérsias judiciais. Segundo a companhia, as medidas adotadas já resultaram na eliminação de aproximadamente R\$ 3,5

bilhões em passivos.

Entre os casos citados estão a solução da dívida relacionada ao Portus, a retomada de benefícios previdenciários de ex-empregados e o encerramento de três ações judiciais que, juntas, representavam mais de R\$ 3 bilhões.

Com o novo acordo, a APS encerra a disputa tarifária iniciada em 2022 e poderá incorporar os recursos atualmente depositados em juízo, além de retomar o recebimento direto das tarifas de acesso aquaviário.

Canal de Itajaí-Navegantes segue com operação restrita no fim de semana

Manobras continuam limitadas a janelas específicas, com programação condicionada às condições de segurança da navegação

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redebeneews.com.br

O canal de acesso ao Complexo Portuário de Itajaí-Navegantes (SC) seguirá operando com restrições neste fim de semana. Segundo a

Superintendência do Porto de Itajaí (SPI), as manobras de entrada e saída continuaram autorizadas apenas em janelas específicas, de acordo com as condições de segurança e as avaliações da Autoridade Marítima.

A programação para a madrugada deste sábado (26) previa a continuidade

da segunda janela operacional iniciada às 23h de sexta-feira (25), com término às 3h. Nesse período, estava prevista a entrada do Agios Porfyrios, com destino ao berço 1 da Braskarne. As condições de navegabilidade seguem sendo monitoradas.

Na sexta-feira, a primeira janela funcionou das 10h

às 15h e concentrou quatro movimentações: a saída do MSC Carole, a entrada do Maria H, a saída do MSC Sotiria III e a entrada do Conti Courage. Ao todo, cinco manobras estavam programadas para o dia, sendo três entradas e duas saídas.

Na quinta-feira (24), o canal também permaneceu

parcialmente impraticável, com operações autorizadas das 8h às 13h e das 20h às 24h. Foram programadas sete movimentações, sendo cinco entradas e duas saídas. Somadas às de sexta-feira, foram previstas 12 manobras nos dois dias, entre oito entradas e quatro saídas.

TRANSPORTES | Rodovias

Cometa terá viagens especiais ao Porto de Santos na temporada de cruzeiros

Alta nesta sexta-feira foi de 1,85%, aos 171.031,73 pontos. Apesar disso, o índice completou a sua terceira semana no vermelho, fechando com baixa acumulada de 0,86%

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

A Viação Cometa vai operar viagens especiais entre São Paulo e o Porto de Santos durante a temporada de cruzeiros 2026/2027, com ligações diretas a partir dos aeroportos de Guarulhos e Congonhas e do Terminal Rodoviário Jabaquara. Os serviços serão realizados de acordo com o calendário de embarques e desembarques dos navios e, por isso, não terão frequência diária.

A operação, realizada pela empresa do Grupo JCA, terá viagens tanto em direção ao terminal marítimo santista quanto no sentido inverso, para atender passageiros que chegam de cruzeiros e precisam seguir para a capital paulista ou para os dois principais aeroportos

da Região Metropolitana de São Paulo. As passagens poderão ser adquiridas antecipadamente pelos canais digitais da companhia, com opções nas categorias Convencional e Executivo.

A maior oferta de horários será entre o Terminal Jabaquara e o Porto de Santos. No sentido da Baixada Santista, estão previstas partidas às 7h, 8h30, 9h30, 10h, 11h30 e 12h. Para o retorno à capital, os horários programados são 9h50, 10h20, 10h50 e 12h.

A partir do Aeroporto de Congonhas, haverá viagens para o Porto de Santos às 7h45, 8h40, 9h30, 10h55 e 11h20. No sentido contrário, as partidas do terminal santista estão previstas para 9h50, 10h20, 10h50 e 12h. Já entre o Aeroporto Internacional de Guarulhos e o porto, está programada saída às 9h30, enquanto o retorno de Santos para Gua-

A MAIOR OFERTA DE HORÁRIOS SERÁ ENTRE O TERMINAL JABAQUARA E O PORTO DE SANTOS. NO SENTIDO DA BAIXADA SANTISTA, ESTÃO PREVISTAS PARTIDAS ÀS 7H, 8H30, 9H30, 10H, 11H30 E 12H

ruhlos ocorrerá às 11h.

A Cometa ressalta que os horários estarão disponíveis apenas nas datas associadas às operações dos navios. A recomendação é que o passageiro consulte previamente a programação nos canais oficiais da empresa antes de organizar o deslocamento. No serviço entre o Porto de Santos e Guarulhos, por exemplo, o embarque é realizado na própria área de desembarque dos navios.

A ligação direta busca reduzir uma etapa do deslocamento dos cruzeiristas que chegam a São Paulo por avião ou utilizam a capital como ponto de conexão antes do embarque marítimo. Sem o serviço, passageiros procedentes dos aeroportos normalmente precisam combinar diferentes meios de transporte ou contratar deslocamentos individuais até Santos.

A operação ocorre em uma temporada de ampliação da oferta de cruzeiros no Porto de Santos. A programação atualmente divulgada pelo Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini, o Concais, começa em outubro e segue até abril de 2027. O calendário inclui embarcações dedicadas à cabotagem e navios internacionais em trânsito pelo Brasil.

Entre os navios previstos estão Costa Diadema, MSC

Musica, MSC Divina, MSC Seaview e MSC Virtuosa. Também integram a programação embarcações de longo curso como Insignia, da Oceania Cruises; Queen Anne, da Cunard Line; Azamara Journey, da Azamara; e Zaandam, da Holland America Line. A temporada também marca a presença do Buenavista, da Corazul Cruceros, companhia que estreia operações no mercado brasileiro.

A conexão rodoviária com o terminal marítimo não é inédita na operação da Cometa. A companhia já mantém serviços vinculados aos dias de cruzeiros, inclusive na ligação entre o Aeroporto de Guarulhos e o Porto de Santos. Documentos tarifários da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) registram itinerários específicos para atendimento ao terminal marítimo nos dias de operação dos navios.

Duplicação da BR-277 em Matelândia tem entrega prevista para 2028

Projeto da EPR Iguaçu contempla 4,7 quilômetros de nova pista, acessos e dispositivos em desnível no trecho entre os km 652,5 e 657,2

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

A duplicação de um trecho de 4,7 quilômetros da BR-277, em Matelândia (PR), tem entrega contratual prevista para maio de 2028. O projeto, apresentado nesta semana pela concessionária

EPR Iguaçu a representantes do município, contempla a ampliação da capacidade da rodovia entre os quilômetros 652,5 e 657,2.

A intervenção prevê a implantação de uma nova pista, além de acessos e dispositivos de interseção em desnível. O projeto foi apresentado em uma representação em 3D na última segunda-feira (21) ao prefeito, secretários municipais e vereadores de Matelândia.

Segundo a EPR Iguaçu, o modelo apresentado corresponde à etapa atual de desenvolvimento do projeto e ainda pode passar por ajustes durante as fases técnicas e de aprovação.

A obra já possui licença ambiental. A concessionária também mantém tratativas sobre o projeto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), responsável pela regulação e fiscalização da concessão.

A intervenção em Matelândia integra o programa de ampliação de capacidade previsto no contrato de concessão da EPR Iguaçu. Ao todo, estão previstos aproximadamente 460 quilômetros de duplicações, o equivalente a cerca de 70% do trecho concedido.

O contrato também contempla a implantação de vias marginais, passarelas, viadutos e faixas adicionais. As primeiras entregas de du-

plicação estão previstas para começar em 2028, com execução gradual das intervenções até 2034.

A apresentação dos projetos às prefeituras faz parte, segundo a concessionária, do processo de desenvolvimento das obras. Conforme os projetos avançam, a empresa também realiza reuniões-- com representantes do setor produtivo e outros grupos relacionados às intervenções.

MINERAÇÃO

Oceana dobra área conhecida de terras raras em Serra Negra

Reanálise de furos históricos amplia footprint mineralizado para mais de 4,5 km² e também indica potencial para nióbio

Divulgação

Agência Minera Brasil
Estadão Conteúdo

A Oceana Metals dobrou a área conhecida de mineralização de terras raras (REE) no projeto Serra Negra, em Minas Gerais, após analisar amostras de furos históricos que não haviam sido realizados com foco nesses elementos. Os novos resultados ampliaram o footprint mineralizado para mais de 4,5 km² dentro do complexo carbonatítico.

Entre os principais resultados estão intervalos de 32 metros com 2,7% de TREO dentro de uma interseção de 122 metros a 1,2% de TREO, além de 106 metros a 1% de TREO. Outro furo identificou 26 metros a 1,4% de TREO e 0,63% de Nb₂O₅, indicando também potencial para mineralização de nióbio.

A empresa já reamostrou os 68 furos históricos



Entre os principais resultados estão intervalos de 32 metros com 2,7% de TREO dentro de uma interseção de 122 metros a 1,2% de TREO, além de 106 metros a 1% de TREO

disponíveis, dos quais 45, correspondentes a cerca de 4.750 metros, ainda aguardam resultados de ensaios. Os furos foram realizados com espaçamento amplo, entre mais de 300 metros e até 1 quilômetro, e não tinham como objetivo ori-

ginal investigar terras raras ou nióbio.

Segundo o diretor-gerente da Oceana Metals, Mick Wilson, os resultados indicam que a mineralização se estende além das áreas inicialmente priorizadas pela companhia. “Esta-

mos vendo fortes evidências de que a mineralização de terras raras se estende muito além da área originalmente priorizada durante a due diligence”, afirmou.

Paralelamente, a Oceana iniciou sua primeira campanha própria de son-

dagem em Serra Negra, com duas sondas testando uma área prioritária de 1,5 km por 1,5 km na região central do projeto. O setor já apresenta interseções históricas de até 50 metros com 4% de TREO.

A companhia também concluiu um levantamento aeromagnético de alta resolução com drones, que percorreu 1.304 quilômetros de linhas. Os dados estão sendo analisados para aprimorar a interpretação da estrutura do complexo carbonatítico e definir novos alvos de sondagem em escala distrital.

Com novos resultados de reamostragem ainda pendentes e a integração dos dados geofísicos, geológicos e de sondagem em andamento, a Oceana avalia que Serra Negra pode apresentar novas extensões de mineralização e centros mineralizados no complexo carbonatítico. O projeto se localiza na Província Ígnea do Alto Paranaíba.

Ibram nomeia Rodrigo de Azeredo Santos para a presidência

Atual embaixador do Brasil na Noruega assumirá o cargo em dezembro, após a conclusão dos trâmites no Ministério das Relações Exteriores

Divulgação

Agência Minera Brasil
Estadão Conteúdo

O Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) nomeou nesta sexta-feira (25) o embaixador Rodrigo de Azeredo Santos para a presidência da entidade, em

substituição ao ex-ministro Raul Jungmann, falecido em janeiro. A posse está prevista para a primeira quinzena de dezembro, após a conclusão dos trâmites administrativos no Ministério das Relações Exteriores.

Desde a vacância do cargo, a presidência vinha sendo exercida interinamente por Pablo Cesário, diretor de Relações Institucionais e Assuntos Associativos. Segundo o Ibram, o processo de escolha foi



Atual embaixador do Brasil na Noruega, com representação cumulativa junto à Islândia, Rodrigo de Azeredo Santos tem 60 anos, é diplomata de carreira e economista

conduzido desde fevereiro, com apoio de empresa especializada em recrutamento executivo.

Atual embaixador do Brasil na Noruega, com representação cumulativa junto à Islândia, Azeredo Santos, de 60 anos, é diplomata de carreira e economista. Ao longo da trajetória, atuou em áreas ligadas a comércio exterior, investimentos, infraestrutura, ciência e tecnologia.

O diplomata já serviu

em postos como Moscou, Washington, Buenos Aires, Teerã e Copenhague e chefiou áreas de promoção comercial e investimentos no Itamaraty. Também foi embaixador no Irã e na Dinamarca.

Segundo a presidente do Conselho Diretor do Ibram, Ana Sanches, a escolha foi técnica e apartidária. Pablo Cesário continuará no cargo atual e responderá pela presidência até a chegada de Azeredo Santos.

FINANÇAS

Prévia da inflação oficial de setembro fica em 0,70%, diz IBGE

IPCA-15 foi pressionado por devolução do bônus de Itaipu, desconto que os consumidores tiveram na conta de luz do mês anterior. IPCA-15 soma 4,47% no acumulado de 12 meses

Agência Brasil

bônus de Itaipu, desconto que os consumidores tiveram na conta de luz do mês anterior.

Os dados são do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgado nesta sexta-feira (25) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o resultado, o IPCA-15 soma 4,47% no acumulado de 12 meses. Em agosto, eram 4,24%. Em setembro de 2025, a prévia da inflação marcou 0,48%.

Em 2026, o IPCA-15 acumula 3,82%. Para chegar

A prévia da inflação oficial de setembro ficou em 0,70%, a maior desde abril (0,89%). O resultado é uma inversão da deflação (inflação negativa) de agosto, que ficou em -0,40%. A explicação principal da aceleração está na devolução do

ao resultado mensal, o IBGE apura o preço de nove grupos de produtos e serviços.

A alta no grupamento habitação, o que mais pressionou a prévia, é explicada pela energia elétrica residencial, que subiu 7,42% em setembro, representando o maior impacto individual do índice (0,29 p.p.).

Isso aconteceu porque em agosto, a conta de luz tinha caído 6,25%, beneficiada pelo Bônus Itaipu. O bônus consiste na distribuição do saldo positivo da conta de comercialização de Itaipu, hidrelétrica estatal,

que vira crédito nas contas de energia.

Em setembro, como não teve mais esse desconto, a conta de luz “normal” é comparada com a de agosto, mais baixa, fazendo com que a diferença de um mês para o outro seja maior. Esse efeito já era esperado pelo IBGE e por analistas.

De acordo com o economista Roberto Luis Troster, coordenador do Centro de Estudos Fipe do Endividamento das Empresas Brasileiras, à primeira vista, o IPCA-15 “assusta”. No entanto, ele calcula que, sem o componente energia elétrica, o índice passaria de 0,70% para 0,41%.

deflação de -0,97%.

O IPCA-15 tem basicamente a mesma metodologia do IPCA, a chamada inflação oficial, que serve de base para a política de meta de inflação do governo: 3% no acumulado em 12 meses, com margem de tolerância de 1,5 p.p. para mais ou para menos.

A diferença está no período de coleta de preços e na abrangência geográfica. Na prévia, a pesquisa é feita e divulgada antes mesmo de acabar o mês de referência. Em relação à divulgação atual, o período de coleta foi de 15 de agosto a 15 de setembro.

Ambos os índices levam em consideração uma cesta de produtos e serviços para famílias com rendimentos entre um e 40 salários mínimos. Atualmente o valor do mínimo é R\$ 1.621.

O IPCA-15 coleta preços de 367 produtos e serviços (10 a menos que o IPCA) em 11 localidades do país (as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasília e Goiânia.); e o IPCA, 16 localidades (inclui Vitória, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju).



Pixabay

O bônus Itaipu consiste na distribuição do saldo positivo da conta de comercialização da hidrelétrica, que vira crédito nas contas de energia

Grupos

No grupo Transportes, o resultado foi influenciado pelas passagens aéreas, que subiram quase 10% (9,82%). Os combustíveis ficaram 0,22% mais caros, com os seguintes comportamentos de preços: gás veicular: 1,56%; gasolina: 0,30%; óleo diesel: -0,78%; etanol: -0,22%.

No grupo alimentação e bebidas, o subgrupo da alimentação no domicílio subiu 0,38% em setembro. Em agosto havia sido registrada

Dólar recua no dia, mas sobe na semana

Cotada a R\$ 5,18, moeda americana teve queda de 0,23% nesta sexta; Bolsa caiu

Estadão Conteúdo

xa na reta final dos negócios e encerrou a sessão desta sexta-feira, 25, em queda de 0,23%, a R\$ 5,1817.

O real teve dificuldades no dia em acompanhar a tendência de desvalorização da moeda norte-americana lá fora, diante de certa cautela antes do fim de semana e da sazonalidade ruim no fechamento de trimestre. Na semana, o dólar

Após rondar a estabilidade ao longo da tarde, o dólar à vista se firmou em leve bai-

avançou 1,10%.

Apesar do movimento, o real sofreu menos que seus pares nos últimos cinco pregões, marcados por uma escalada do dólar e das taxas dos Treasuries, na esteira de indicadores fortes da economia dos EUA e de discursos duros de dirigentes do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano).

Houve aumento dos temores inflacionários com a manutenção das cotações do petróleo em níveis elevados, apesar do recuo nesta sexta, com sinais de avanço nas negociações entre EUA e Irã para a reabertura do Estreito de Ormuz.

Já o Ibovespa encerrou o dia em leve queda de 0,27%, aos 183.476,86 pontos. O giro financeiro

das ações do índice foi bastante reduzido no dia (R\$ 15 bilhões), mostrando que os investidores chegam ao fim da semana em compasso de espera pelos avanços nas negociações entre EUA e Irã para reabertura do Estreito de Ormuz, ao mesmo tempo em que monitoram as reais chances de uma alternância de poder no Brasil após as eleições.

COMUNICAÇÃO & MARKETING | Opinião



HELENA MARTHO

Consultora de Marketing Corporativo e Pessoal.
Pós-graduada em Marketing Digital e Growth
e mestre em Comunicação Digital. Palestrante.
opinioao@portalbenews.com.br

▶ MARKETING

O silêncio das lideranças e o custo da invisibilidade digital

No início deste mês, a Santos Brasil promoveu um social media training focado em posicionamento digital para 70 de seus principais líderes. O movimento da gigante da logística portuária é mais do que um investimento interno de comunicação. Trata-se de uma resposta direta a uma contradição silenciosa que afeta quase todo o alto escalão corporativo no País.

Uma pesquisa conduzida neste ano pela HSM, pela Michael Page Brasil e pela Community Creators Academy ajuda a desenhar esse cenário. O estudo revelou que 73% das lideranças empresariais no Brasil jamais receberam qualquer tipo de treinamento para atuar no ambiente digital. No entanto, o mercado cobra desses mesmos executivos que eles sejam a cara, a voz e a representação viva da reputação das companhias que comandam.

Essa conta simplesmente não fecha. Espera-se que o executivo saiba se comunicar na ágora digital, mas ele é solto no mercado sem mapa, sem preparo e sem suporte. O resultado é o receio. O mesmo líder que conduz reuniões de conselho com maestria, ironicamente, trava diante de uma caixa de texto no LinkedIn, sem saber o que dizer, como dizer ou se deve dizer algo.

A pesquisa evidencia as consequências dessa ausência de preparo. A falta de tempo é apontada por 54% dos entrevistados como a maior barreira para se manter presente, enquanto 25% admitem que não se sentem tecnicamente capacitados para criar conteúdo. Na prática, muitos preferem o conforto da invisibilidade. Quando aparecem, costumam se limitar a replicar comunicados institucionais engessados ou relatar conquistas comerciais. Assuntos estruturais para o futuro do País, debates do setor e discussões sobre governança e pessoas aparecem em uma fração mínima dos perfis.

É, enfim, uma oportunidade desperdiçada. A reputação do CEO deixou de ser um patrimônio pessoal para se tornar um ativo financeiro e institucional da organização. A forma como um líder pensa, decide e se comunica atrai talentos, abre portas para negócios, acalma investidores em momentos de crise e gera uma confiança que nenhum anúncio publicitário consegue comprar. Liderança também é comunicação, e essa conversa mudou de canal.

Melhorar esse panorama exige abandonar a ideia de que rede social é capricho, vaidade ou tarefa para as poucas horas vagas. Para o executivo que entende essa virada e quer usar seu posicionamento para acelerar a empresa, o caminho passa por três frentes práticas.

A primeira delas é encarar a presença digital com método. Se a agenda é o gargalo, o posicionamento demanda processo. Ninguém precisa viver refém de postagens diárias ou passar horas criando conteúdo. A chave está em escolher dois ou três eixos estratégicos sobre os quais você realmente tem o que dizer — como lições de gestão, tendências do setor e cultura organizacional — e concentrar a produção em janelas fixas na semana. Trinta minutos dedicados a organizar pensamentos, ditar áudios ou gravar depoimentos breves em vídeo bastam para alimentar uma presença consistente.

A segunda frente é construir uma rede de apoio estruturada. O executivo precisa dar o tom, mas não tem de fazer a gestão operacional da página sozinho. Contar com profissionais de comunicação interna ou agências parceiras é fundamental para transformar ideias brutas em textos bem lapidados, acompanhar a repercussão dos temas e monitorar conversas do setor. A única regra aqui é não terceirizar a alma do texto. Perfis recheados de jargões genéricos criados por assessores não engajam e corroem a credibilidade do líder.

Por fim, é necessário perder o medo da exposição sem cair no exagero da intimidade. Posicionar-se com autenticidade não significa expor a família ou a rotina privada. Trata-se de mostrar como você pensa. Contar o raciocínio por trás de um grande projeto, abordar os aprendizados de um projeto que deu errado ou destacar o trabalho da equipe geram conexão real. A humanização da liderança acontece quando o mercado entende a visão de mundo de quem está na cabine de comando.

Iniciativas como a da operadora portuária citada no início deste artigo mostram que as empresas mais atentas já entenderam esse novo jogo. Capacitar líderes para que atuem com autonomia, alinhamento e segurança no ambiente digital não é mais um benefício extra. É uma decisão estratégica para proteger e expandir a reputação de todo o negócio. É mais um importante caminho a ser trilhado na jornada corporativa.

■ O MESMO LÍDER QUE CONDUZ REUNIÕES DE CONSELHO COM MAESTRIA, IRONICAMENTE, TRAVA DIANTE DE UMA CAIXA DE TEXTO NO LINKEDIN, SEM SABER O QUE DIZER, COMO DIZER OU SE DEVE DIZER ALGO

JUSTIÇA

Conselho do MPF rejeita abertura de investigação contra Gonet

Partido Novo pediu para que o procurador fosse investigado pelo crime de prevaricação e afastado do comando dos processos que envolvem as fraudes no Banco Master

Agência Brasil

Por 5 votos a 4, o Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) rejeitou nesta sexta-feira (25) a abertura de um procedimento de investigação contra o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

O procurador foi citado em conversas encontradas pela Polícia Federal (PF) no celular do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, que está preso.

O colegiado negou um pedido do Partido Novo para que o procurador fosse investigado pelo crime de prevaricação e afastado do comando dos processos que envolvem as fraudes no Banco Master.

Na mesma sessão, os conselheiros também decidiram manter Gonet na condução dos processos do caso. Nesse ponto, o colegiado registrou placar unânime de 9 votos a 0 para não afastar o procurador das funções.

As manifestações con-

trárias à investigação foram proferidas pelo relator, Francisco Sanseverino, e os subprocuradores Celso Albuquerque, Alexandre Camanho, Hidenbugo Chateaubriand e Nicolau Dino.

Os votos pela abertura da investigação foram proferidos pelos subprocuradores Janice Ascari, Samantha Chantal Dobrowolski, José Adonis e Ana Borges Santos.

Durante a análise do caso, Hinderburgo Chateaubriand, que votou contra a investigação, disse que Gonet só poderia ser afastado pela Justiça e afirmou que não há indícios de “amizade íntima” entre Go-

net e Vorcaro.

“Não há rigorosamente nada que possa sugerir que o procurador-geral da República tenha algum tipo de amizade íntima com esse investigado. Jamais vi alguém ser considerado amigo íntimo de alguém que sequer consta da agenda telefônica”, afirmou.

A subprocuradora Ana Borges disse que o caso Master pode ser tratado como um “escândalo de corrupção” no setor financeiro. Além disso, ela entendeu que Gonet não poderia ter solicitado ao Supremo a anulação do relatório da PF que revelou as menções ao

nome do procurador.

“Há elementos suficientes para caracterizar, em tese, o dolo específico para imputar ao procurador-geral o crime de prevaricação, e assim autorizar uma investigação criminal”, completou.

Mensagens

As mensagens que citam Gonet vieram à tona após o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), retirar o sigilo da parte da investigação que também cita mensagens do ex-banqueiro a um celular atribuído do ministro Alexandre de Moraes.

Gustavo Moreno / STF



Paulo Gonet apareceu em uma foto com Vorcaro e outras pessoas ligadas ao ex-banqueiro, durante um evento jurídico promovido pelo Master em abril de 2024, em Londres

De acordo com a PF, Vorcaro intensificou o envio de mensagens para o número atribuído a Moraes nos dias anteriores a prisão, que ocorreu no dia 17 de novembro do ano passado.

No dia 15 de novembro de 2025, Vorcaro demonstrou preocupação com o avanço das investigações da PF, que ainda estavam em tramitação na primeira instância da Justiça Federal em Brasília, e citou os nomes de Paulo Gonet e do diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues.

Na mensagem, o ex-banqueiro escreveu: “Não conseguimos reverter isso com Paulo ou Andrei? Muita sacanagem isso. Isso em Brasília?”, afirmou.

Apesar da citação, não há indícios de que Gonet e Andrei tenham interferido nas investigações.

Na semana passada, o jornal O Globo publicou uma foto na qual Gonet aparece com Vorcaro e outras pessoas ligadas ao ex-banqueiro, durante um evento jurídico promovido pelo Master em abril de 2024, em Londres.

Após o surgimento das conversas, Gonet negou proximidade com Vorcaro e disse que sua interação com ele ocorreu de forma “brevíssima e banal”.

Master e INSS: Fachin espera parecer

Presidente do STF deu cinco dias para a PGR se manifestar sobre pendências dos casos

Estadão Conteúdo

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ed-

son Fachin, deu prazo de cinco dias para a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestar sobre pedidos pendentes em duas investigações - a fraude do Banco Master e os desvios do INSS. Há duas semanas, Fachin determinou a remessa dos dois inquéritos para a presidência

da Corte. Os dois casos, porém, continuam oficialmente sob a relatoria de André Mendonça.

O parecer da PGR será encaminhado a Fachin, e a tendência é que ele decida sobre as questões pendentes, por serem consideradas urgentes. Em seguida, o presidente do tribunal

deverá apontar se ele mesmo definirá os próximos passos das investigações, ou se devolverá os autos dos processos ao gabinete de Mendonça.

Além do ex-dono do Master, também pediram a revogação da prisão Henrique Vorcaro, Felipe Vorcaro, Rodrigo Franco,

Marilson Roseno da Silva, Fabiano Zettel, Daniel Monteiro e Sebastião Monteiro Junior.

Enquanto isso, a Polícia Federal solicitou a prorrogação das investigações. As solicitações foram feitas depois que o caso foi levado à presidência do Supremo.

INTERNACIONAL

Democratas acusam Trump de interferir na eleição brasileira

Segundo o The Guardian, 31 congressistas dos EUA dizem que medidas adotadas pelo governo americano buscam favorecer a candidatura do senador Flávio Bolsonaro

Divulgação / Casa Branca

Estadão Conteúdo

Um grupo de 31 parlamentares democratas do Congresso dos Estados Unidos enviou uma carta ao secretário de Estado, Marco Rubio, acusando o governo do presidente Donald Trump de tentar interferir nas eleições presidenciais do Brasil, marcadas para outubro.

No documento, os congressistas afirmam que medidas adotadas pela administração norte-americana buscam favorecer a candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL). As informações são do jornal britânico The Guardian.

A carta, assinada por 30 integrantes da Câmara dos Deputados e pelo senador Bernie Sanders, aponta uma série de ações do governo norte-americano que, segundo os parlamentares, representam uma “campanha contínua e multifacetada de interferência e desestabilização no Brasil”.

Os congressistas afir-



Os congressistas afirmam que a atuação de Trump pode comprometer a confiança no processo eleitoral brasileiro e prejudicar as relações entre os dois países.

mam que a atuação de Washington pode comprometer a confiança no processo eleitoral brasileiro e prejudicar as relações entre os dois países. O primeiro turno da eleição presidencial no Brasil está marcado para 4 de outubro, com pesquisas indicando um empate técnico entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL).

No documento, os parlamentares citam as tarifas impostas por Trump ao Brasil no ano passado, quando o presidente norte-americano vinculou a medida ao

julgamento de Jair Bolsonaro por sua tentativa de golpe de Estado após a derrota para Lula nas eleições de 2022.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, o republicano exigiu do governo Lula, durante negociações diplomáticas sigilosas após o tarifaço, que “dissidentes políticos” no Brasil não fossem detidos, presos ou impedidos “arbitrariamente” de participar das eleições.

Os congressistas também mencionam as novas tarifas anunciadas pelo governo norte-americano em

julho, com base na seção 301 da legislação comercial dos Estados Unidos, e os planos de enviar dois funcionários ao Brasil para “lançar dúvidas sobre a integridade do sistema eleitoral do país, considerado por muitos especialistas como um dos mais confiáveis do mundo”.

Sem permissão

O governo Lula não concedeu a permissão aos dois diplomatas, o que levou a embaixadora do Brasil em Washington, Maria Luiza

Viotti, a ter o visto revogado em retaliação.

Para os congressistas, essas iniciativas fazem parte de um movimento mais amplo de interferência do governo Trump em processos eleitorais na América Latina. Na carta, eles mencionam as eleições de meio de mandato na Argentina e as disputas presidenciais em Honduras e na Colômbia.

“Em vez de ajudar a defender a democracia brasileira”, os Estados Unidos estão “atuando como um agente de interferência e desestabilização, usando pressão diplomática, econômica e política de maneiras que correm o risco de enfraquecer as instituições democráticas do país, minar a confiança no processo eleitoral brasileiro e causar mais danos ao nosso relacionamento com um aliado estratégico e parceiro comercial dos EUA”, escreveram.

Os parlamentares questionaram se o governo Trump se comprometerá a respeitar o processo eleitoral brasileiro e solicitaram uma resposta do secretário de Estado até 1º de outubro.

Xi Jinping vê relação estável com EUA

Presidente da China teve encontro com Trump nesta semana e prevê outros ainda este ano

Estadão Conteúdo

O presidente da China, Xi Jinping, afirmou nesta sexta-feira, 25, que ainda terá outras duas oportunidades de se reunir com o presiden-

te dos Estados Unidos, Donald Trump, até o fim deste ano, ao destacar uma perspectiva mais positiva para as relações entre as duas maiores economias do mundo.

As declarações foram feitas à imprensa antes de os dois líderes iniciarem uma breve reunião para tomar chá na Casa Branca. “Nos meses restantes deste ano, haverá mais duas oportunidades para nos encon-

trarmos”, disse Xi.

A primeira será durante a reunião da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec, na sigla em inglês), prevista para meados de novembro, em Shenzhen, na China, e a segunda na cúpula do G20, marcada para meados de dezembro, em Miami, nos Estados Unidos.

Xi também convidou Trump e a primeira-dama, Melania Trump, para visita-

rem a China e disse enxergar “um futuro mais brilhante” para a relação bilateral.

O líder chinês afirmou ainda que os dois lados concordaram em dar “novo conteúdo” às relações e defendeu uma parceria baseada em “estabilidade estratégica, respeito, equidade e reciprocidade”.

Trump, por sua vez, avaliou que os encontros com a delegação chinesa produzi-

ram “avanços tremendos” e resultados positivos para os dois países. “Foi muito, muito produtivo”, declarou.

O republicano acrescentou que continuará falando “muito” com Xi. Trump também disse que os agricultores americanos “ficarão muito felizes” com os resultados das conversas, sem detalhar medidas, e afirmou que “muitas coisas muito positivas aconteceram”.

OPINIÃO



ADILSON LUIZ GONÇALVES

Escritor, engenheiro, pesquisador universitário e membro da Academia Santista de Letras

opinioao@portalbenews.com.br

▶ ESTRATÉGIA

Carpe diem

Depois de mais um dia estafante, preenchido com múltiplas e diferentes atividades, resolvi parar por um instante. Pensei em praticar um pouco de “nadismo”, deixando o meu recorrente “tudismo” de lado, mesmo que fosse por um átimo. Mas o nada nunca me agradou, jamais me bastou.

Resolvi, então, ver o tempo passar. Para minha completa surpresa, ele parou e resolveu conversar comigo.

De fato, o tempo parou, pois tudo o mais ficou imóvel, exceto por uma suave e agradável brisa que acompanhou aquele lapso temporal. Cheguei a me beliscar, para saber se estava acordado. Doeu!

O tempo riu e perguntou: - Já passou?

Respondi que ainda não havia dado tempo.

Sorrindo, ele respondeu: - Então, toma um pouco de mim! – e a dor passou.

Ele prosseguiu, questionando-me sobre como eu o estava usando, como se não soubesse.

Descrevi minha rotina insana, as noites insones no afã de resolver problemas do trabalho, refeições às pressas, cobranças, deveres...

– Você só me usa para isso? – ele interrompeu e continuou – Só hoje, pela primeira vez, você me viu passar em vez de só me deixar passar! Você resolveu dar tempo para mim, por isso eu resolvi parar o tempo para você refletir o tempo passado, seu tempo presente e como você pretende me usar no futuro, sem me desperdiçar.

O tempo tinha razão!

Há tanto tempo eu estava tão absorto em viver em função do mundo, que o tempo passava sem que eu percebesse, sem sentido ou direção. Eu só o notava enquanto clima, sobretudo quando limitava meus afazeres, ou quando eu não tinha tempo para fazer o que eu gostaria, pois o que era prazeroso eu entendia como perda de um tempo precioso.

– Ah, eu sou precioso para você? – Ele leu meu pensamento!

– Você precisa aprender a me usar melhor! Dar tempo ao tempo, para ter um tempo seu, uma relação pessoal comigo.

Aquela conversa parecia perda de tempo, mas eu lembrei que o tempo estava parado. Pensei na Teoria da Relatividade. Eu teria memória daquele momento?

O tempo me observava visual e telepaticamente, entendendo o paradoxo que eu experimentava.

– Eu já perdi a conta do tempo que estou por aqui, eterno que sou. Mas você é efêmero! Precisa me aproveitar mais com coisas que não sejam só obrigações e rotinas.

Eu, que cheguei a pensar que tinha todo o tempo do mundo, voltei no tempo da memória e encontrei coisas que eu deveria ter aproveitado ou feito, mas adiei, pensando que não era o momento ideal. Não foi tempo perdido, mas o tempo adiado da oportunidade perdida.

Dizem que o tempo não para, mas ele parou para mim! Não só parou como conversou comigo!

Não sei precisar quanto tempo isso levou, até porque o tempo estava parado.

O tempo sorriu para mim e disse: - Não lamente não ter me aproveitado mais. Às vezes leva tempo para as pessoas aprenderem a me dosar, entenderem que eu estou sempre por aqui, em qualquer tempo. Eu existo para isso!

Aquele alerta foi um alento, um livramento dos padrões que eu seguia. O tempo notou isso e sentiu que não havia se perdido em dar-me atenção. Ele sorriu e as coisas lentamente começaram a retomar seu curso. Era tempo de ele voltar a passar.

Ele se despediu, mas antes de retomar seu infindável curso, olhou para mim e exortou: - Carpe diem! Omni diem!

Adilson Luiz Gonçalves escreve semanalmente para o Jornal BE News, com seus artigos publicados tradicionalmente na edição de sábado e domingo e, eventualmente, na de quarta-feira.

EU, QUE CHEGUEI A PENSAR QUE TINHA TODO O TEMPO DO MUNDO, VOLTEI NO TEMPO DA MEMÓRIA E ENCONTREI COISAS QUE EU DEVERIA TER APROVEITADO OU FEITO, MAS ADIEI, PENSANDO QUE NÃO ERA O MOMENTO IDEAL. NÃO FOI TEMPO PERDIDO, MAS O TEMPO ADIADO DA OPORTUNIDADE PERDIDA



IVANI CARDOSO
ivani@redebenews.com.br

FOCO

“A democracia não depende de todo mundo chegar a um acordo”

Vivemos tempos difíceis com tanta polarização política à nossa volta, e a divergência, infelizmente, coloca em questão o próprio vínculo. Para o psicanalista e autor de “Amar para não ser em vão” **Lucas Lujan**, é necessário questionar se conseguiremos atravessar as tensões políticas sem amor. Lucas revela nessa entrevista que essa dificuldade pode surgir quando só conseguimos manter próximo quem confirma nossas convicções. Refletir sobre os limites da convivência e reconhecer o outro como sujeito não significa aceitar posicionamentos que atentem contra direitos, dignidade humana ou princípios democráticos. Confira:



Divulgação

Vivemos tempos difíceis de ódio nesta época de eleições. Tem jeito?

O ódio só parece mais forte do que o amor porque é mais barulhento, dá mais ibope, cliques e likes. Então, ele é mais publicizado do que o amor. Ou, pelo menos, é no que prefiro confiar. E, portanto, sim, acho que tem jeito. O que não podemos imaginar, contudo, é uma sociedade sem conflitos. A democracia pressupõe divergência, porque pessoas diferentes desejam coisas diferentes para o mundo em que vivem.

Por que tanta polarização?

Temos visto a divergência política vir acompanhada de uma identificação muito forte com “os nossos” e de uma rejeição igualmente forte aos “outros”. É o que os estudos sobre polarização afetiva procuram compreender. Em determinados contextos, já não queremos apenas derrotar o adversário nas eleições; queremos expulsá-lo do espaço público, silenciá-lo e, às vezes, desejamos até mesmo o seu desaparecimento. Acredito que o amor oferece uma grande contribuição para pensarmos a política contemporânea, desde que não seja entendido como conciliação ou passividade.

Como conseguir o equilíbrio?

Amar não exige abrir mão do enfrentamento, mas reconhecer que há um outro diante de mim e que discordar dele não me dá automaticamente o direito de anulá-lo. Isso não significa aceitar o inaceitável vindo do outro, como racismo, misoginia, autoritarismo ou violência. Penso no amor como uma experiência em que precisamos reconhecer que existe diante de nós alguém que não é nossa extensão. Podemos enfrentar politicamente aquilo que consideramos intolerável sem transformar toda diferença em desejo de aniquilação. Essa é uma distinção importante para mim.

Por que ainda é tão complicado aceitar o que pensa diferente?

Porque a diferença nos confronta com o fato de que o mundo não coincide completamente conosco e, nesse sentido, também nos confronta com um limite. É bastante confortável conviver com alguém que confirma nossas escolhas, nossos valores, nossas crenças e a maneira como interpretamos a realidade. A diferença mostra que aquilo

que considero evidente pode não ser evidente para o outro. Quando alguém próximo pensa de maneira muito diferente, especialmente sobre temas que consideramos fundamentais, essa diferença pode ser vivida como uma ameaça.

Na política é mais intenso?

Sim, porque nossas posições não são apenas opiniões isoladas. Elas podem envolver identidade, pertencimento, história familiar, religião, classe, valores e expectativas de futuro. A literatura sobre polarização afetiva mostra que a identidade política pode funcionar como uma identidade social, tornando a discordância muito mais pessoal. Não somos completos e o outro também não poderá nos completar. Aceitar a alteridade significa admitir que o outro não existe para nos confirmar e isso nem sempre é fácil.

Esse radicalismo amplia a solidão?

Pode ampliar, sobretudo quando exigimos das nossas relações um grau de concordância que nenhuma relação humana consegue sustentar. Se só posso amar, admirar ou manter perto de mim quem pensa como eu sobre tudo aquilo que considero importante, meu círculo vai ficando cada vez mais estreito. Isso não significa que todo rompimento seja resultado de intolerância. Há relações que se tornam impossíveis porque envolvem violência, humilhação ou posições que atingem diretamente a dignidade de alguém. Há uma diferença entre estabelecer esse limite e exigir que todos aqueles que amamos sejam uma confirmação permanente de nós mesmos.

Quais os componentes necessários para uma vida em sociedade?

Eu começaria pela capacidade de reconhecer a alteridade. Parece uma palavra difícil, mas significa algo relativamente simples: admitir que o outro existe para além daquilo que espero dele. Ele não precisa pensar como eu, gostar do que gosto ou interpretar o mundo da mesma maneira para ter igual dignidade. Isso exige alguma disposição para escutar, e escutar não é concordar. Posso ouvir alguém, entender o que está dizendo e continuar discordando profundamente.

A democracia incomoda?

Quando tentamos zerar qualquer conflito, acabamos desejando uma espécie de pacificação artificial — lembremos de Admirável Mundo Novo, de Aldous Huxley, em que o conflito é neutralizado pelo condicionamento, pelo controle e pela administração do prazer. Regimes autoritários também fazem isso ao restringir o pluralismo e reduzir o espaço legítimo da oposição. A democracia é mais incômoda porque exige conviver com conflito e dissenso.

O que estamos passando para as crianças?

As crianças aprendem muito antes de conseguirem formular uma opinião política elaborada. Elas observam como os adultos falam dos outros, como discutem, como reagem quando são contrariados e o que acontece dentro de casa quando alguém pensa diferente. A família é um dos espaços mais importantes da socialização política, embora, evidentemente, não seja o único. Uma criança pode aprender que discordar significa humilhar, gritar e odiar, assim como pode aprender que é possível defender uma posição com firmeza, estabelecer limites e continuar reconhecendo a humanidade de quem está diante dela.



NÚRIA BIANCO e colaboradores
vitrine@redebeneews.com.br

ENCONTROS ESTRATÉGICOS

A semana foi de encontros estratégicos para o setor de infraestrutura, especialmente para os mercados de transportes, mineração e energia.

Em sua sede de Brasília, o Grupo Brasil Export realizou dois eventos, com a presença das principais autoridades do País. Na terça-feira, dia 22, à noite, houve o encontro da Academia Brasileira de Direito da Infraestrutura (ABDIInfra), com a posse do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Vital do Rêgo, como seu mais novo integrante. No dia seguinte, no mesmo local, os conselhos nacionais do Brasil Export se reuniram, com a participação do ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, e de diretores de agências reguladoras, como a de Transportes Terrestres (ANTT), a de Transportes Aquaviários (Antaq) e a de Mineração (ANM). Em São Paulo (SP), na noite da última quinta-feira, dia 24, aconteceu o pré-lançamento do Conselho do São Paulo Export. O evento reuniu representantes empresariais e o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Jorge Lima. Boa leitura!



Na quarta-feira, a Casa Brasil Export, em Brasília, recebeu autoridades e empresários que integram o conselho nacional de Infraestrutura de Transportes e o de Minas e Energia. O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, participou do encontro e confirmou presença no Fórum Nacional Brasil Export, marcado para os dias 6, 7 e 8 de outubro, também na Capital Federal. Na foto, Franca cumprimenta o CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, e o presidente dos conselhos nacionais, José Roberto Campos.



O presidente da Infraero, Rogério Barzellay, participou dos debates na Casa Brasil Export e deixou sua marca no jardim, plantando uma muda de árvore - uma jabuticabeira.



Também estiveram na reunião dos conselhos: o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Frederico Dias; o secretário Nacional de Hidrovias e Navegação, do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Otto Bulier; o secretário Nacional de Portos, também do MPor, Alex Ávila; e o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Felipe Queiroz.



Na terça-feira, a Casa sediou a reunião da Academia Brasileira de Direito da Infraestrutura (ABDIInfra). O presidente da entidade, ministro Breno Medeiros, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), deu posse ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Vital do Rêgo.



Na quinta-feira, o Grupo Brasil Export realizou o encontro empresarial de pré-lançamento do Conselho São Paulo Export, na capital paulista. Estavam presentes representantes de importantes empresas para iniciar a construção de uma agenda de futuro para a melhoria do ambiente de negócios e da segurança jurídica no estado.



O novo conselho será presidido por Guilherme Peixoto (à esq.), superintendente de Licitações da B3. Para a primeira reunião, o CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião (centro), convidou o secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado, Jorge Lima (à dir.).

SUL EXPORT

FÓRUM REGIONAL DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES, ENERGIA E MINERAÇÃO

Uma ponte para novos caminhos

Fórum regional em Foz
do Iguaçu abordou
investimentos privados,
infraestrutura
portuária, cadeias
de suprimentos,
eólica offshore,
sustentabilidade
e integração com
o Paraguai
► p22 a p33



■ ESPECIAL | Sul Export

Setor defende articulação público-privada para ampliar infraestrutura logística no Sul

Executivos apontam segurança jurídica, planejamento de longo prazo e diversificação do financiamento como fatores para viabilizar novos projetos

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redebenews.com.br

A expansão da infraestrutura logística no Sul dependerá de uma maior articulação entre iniciativa privada e poder público, além de segurança jurídica e novas formas de financiamento. A avaliação foi apresentada por executivos durante o painel “Demandas do setor produtivo e o protagonismo da região Sul para o desenvolvimento econômico do

Brasil”, no Sul Export 2026, em Foz do Iguaçu (PR).
O diretor de Comunicação e Relações Institucionais do Porto Itapoá, Alberto Machado, defendeu que os investimentos privados sejam alinhados ao planejamento público e às necessidades futuras da indústria. Segundo ele, o volume de capital empregado em logística exige uma visão de longo prazo para evitar que novas estruturas sejam planejadas sem considerar a evolução da demanda.
“O alto volume de Capex investido em logística deve estar em perfeita sintonia com a demanda fu-

tura, o que muitas vezes não é plenamente contemplado nos planos vigentes”, afirmou Machado.
Para o executivo, a integração entre o setor produtivo e o planejamento industrial deve ganhar espaço nas políticas públicas. No caso de Itapoá, o terminal está iniciando sua quinta fase de expansão e trabalha simultaneamente em projetos de ampliação de calado, duplicação de acessos rodoviários e estudos para implantação de uma conexão ferroviária.
A necessidade de previsibilidade também foi destacada pelo diretor de Planejamento Operacional e Lo-

gística da Klabin, Roberto Bisogni. A companhia ampliou sua capacidade produtiva em quase 60% na última década, com investimentos de dezenas de bilhões de reais em projetos concebidos para operar durante décadas.
“É fundamental termos a confiança de que o Brasil acompanhará essa evolução estrutural a longo prazo. Somente dessa forma conseguiremos sustentar esse crescimento”, disse Bisogni.
A empresa adotou uma série de medidas para reduzir sua dependência de terceiros no escoamento, como a construção de ramal ferro-



Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias

A **ABEPH** conecta os principais portos públicos do Brasil

15 Autoridades Portuárias

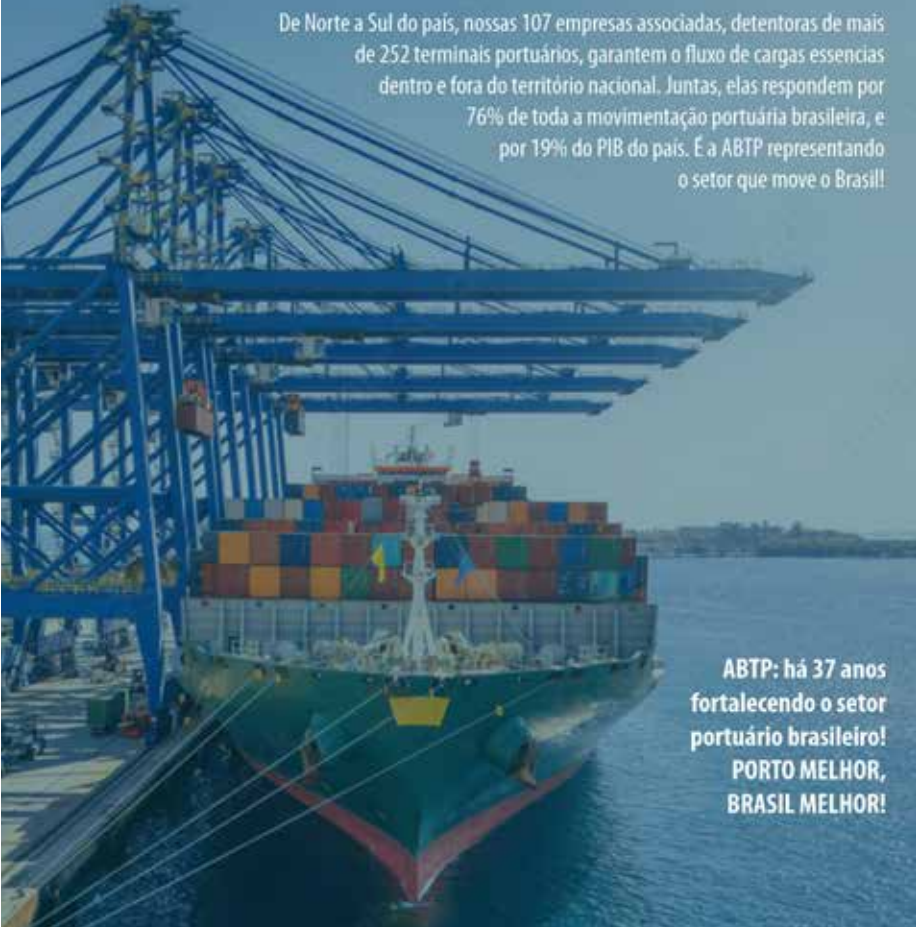
11 Estados Brasileiros



 abeph.org.br |  @abeph |  ABEPH

SOMOS A MAIOR ENTIDADE EMPRESARIAL DO SETOR PORTUÁRIO NO BRASIL. SOMOS A ABTP

De Norte a Sul do país, nossas 107 empresas associadas, detentoras de mais de 252 terminais portuários, garantem o fluxo de cargas essenciais dentro e fora do território nacional. Juntas, elas respondem por 76% de toda a movimentação portuária brasileira, e por 19% do PIB do país. É a ABTP representando o setor que move o Brasil!



ABTP: há 37 anos fortalecendo o setor portuário brasileiro! PORTO MELHOR, BRASIL MELHOR!



Associação Brasileira dos Terminais Portuários
SEMPRE NA PROA!

abtp.org.br

ESPECIAL | Sul Export

CONTINUAÇÃO DA MATÉRIA DA PÁGINA 22

viário, aquisição de locomotivas e vagões e implantação de terminais. Ainda assim, aproximadamente metade das exportações permanece dependente do transporte rodoviário até os portos de Paranaguá e Santa Catarina.

Para o diretor do Terminal Portuário Cotriguaçu e delegado regional da ABTP, Rodrigo Buffara Farah, a resposta aos desafios também passa pela capacidade de organização dos próprios agentes do setor.

“Um ponto determinante dessa força é a união da comunidade portuária”, afirmou Farah, ao citar iniciativas de cooperação entre os atores locais. Segundo ele, a resiliência do setor tem sido construída a partir da criatividade e da capacidade de adaptação diante dos gargalos existentes.

O executivo também destacou que a expansão da produção exige uma infraestrutura capaz de acompanhar a demanda. No Paraná, ele apontou deficiências ferroviárias no Oeste do Estado e problemas persistentes nos acessos ao Porto de Paranaguá.

Modelo de Itapoá

O CEO da Transglobal Holding, Beto Martins, apresentou a experiência de Itapoá como exemplo de como a articulação entre governos e empresas pode viabilizar obras de infraestrutura.

Segundo Martins, quando esteve à frente da Secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias de Santa Catarina, o impasse relacionado às obras do canal de acesso

do porto foi enfrentado por meio de uma solução que combinou recursos privados e participação pública.

“Enquanto o restante do país levava anos discutindo modelos complexos, em dois meses estabelecemos uma solução inédita: o setor privado aportou o recurso, que será compensado via tarifas, com o suporte do Estado na condição de delegatário e a anuência do governo federal”, relatou.

A estruturação financeira aparece como outro componente para sustentar a expansão. O sócio da AVREN, Thiago Meirelles, afirmou que projetos de infraestrutura precisam combinar diferentes fontes de recursos para reduzir custos de capital e enfrentar um cenário macroeconômico desafiador. Segundo ele, as alternativas passam por equity, mercado de capitais e crédito corporativo. “Nós não nos limitamos a uma única via”, concluiu.

Wellington Sauer/Estúdio Douglas Guimarães



O painel “Demandas do setor produtivo e o protagonismo da região Sul para o desenvolvimento econômico do Brasil” reuniu executivos durante o Sul Export 2026

Um novo olhar para o seu patrimônio.

A **AVREN** é uma boutique financeira e de negócios que une atendimento próximo, inteligência estratégica e soluções personalizadas para cada momento da vida patrimonial.

Com acesso a produtos de renda fixa, fundos, ações, investimentos internacionais, previdência, seguros, câmbio, crédito e soluções corporativas, construímos estratégias alinhadas aos objetivos de empresários, investidores e famílias.

Porque existem coisas que valem ouro. E elas vão muito além do dinheiro.

AVREN
Wealth. Business. Community.
Um ecossistema que vale ouro.

Thiago Meirelles
☎ Telefone +55 61 99347-1500

Matheus Francisco
✉ matheus.francisco@avreninvestimentos.com.br
☎ Telefone +55 61 98194-2763

SHIS QI 3 lote C/D lojas 04 e 05
ED Medical Plaza - CEP 71605-200
www.avrenbr.com @avreninvest

Conectar mercados é abrir caminhos para grandes negócios.

Há quase 30 anos, a Capital Gold atua ao lado de empresas que enxergam o comércio exterior como uma oportunidade de crescimento.

Com soluções completas em despacho aduaneiro, logística internacional e serviços portuários, transformamos operações complexas em processos seguros, ágeis e eficientes.

CapitalGold
Competência. Tradição. Profissionalismo.

Fale com nossa equipe

■ ESPECIAL | Sul Export

Concessões de canais precisam considerar particularidades dos portos

Executivos defendem modelos adaptados a cada complexo e cobram maior previsibilidade para dragagem, calado e acesso aquaviário

VANESSA PIMENTEL
vanessa.pimentel@redenenews.com.br

A concessão dos canais de acesso aos portos pode ampliar a previsibilidade das operações e estimular investimentos em infraestrutura, mas precisa considerar as características de cada complexo portuário e diferenciar as demandas da navegação interior e marítima. Essa foi uma das principais discussões do painel “Desafios para o desenvolvimento e concessão de hidrovias e serviços nos portos da região

Sul”, realizado durante o Sul Export 2026, em Foz do Iguaçu (PR), no dia 17 de setembro.

Ao discutir se a concessão seria o melhor caminho para a administração e manutenção dos canais, Paulo Bertinetti, diretor-presidente do Tecon Rio Grande, afirmou ser favorável ao modelo, mas defendeu que os projetos sejam estruturados de acordo com as necessidades específicas de cada tipo de navegação.

“Sou favorável à concessão, deve acontecer, mas com esse viés de separação do que é navegação interior e do que é porto marítimo”, afirmou.

Segundo o executivo, a preocupação está principalmente na forma como a dragagem da Lagoa dos

Patos vem sendo estruturada. Para ele, é necessário separar as necessidades da navegação interior das demandas dos portos marítimos e estabelecer padrões de calado que permitam maior integração entre os complexos portuários.

“Por exemplo, um navio que tenha condições de operar em Navegantes também precisa encontrar condições semelhantes em Rio Grande e Paranaguá, e isso vem de estudos técnicos que estabeleçam parâmetros comuns. Minha preocupação é como juntar tudo isso em um pacote só”, avaliou.

Para Osmari de Castilho Ribas, diretor superintendente Administrativo da Portonave, a concessão também pode contribuir para en-

frentar um dos principais problemas do complexo de Itajaí e Navegantes: a falta de previsibilidade na manutenção do acesso aquaviário.

“Concordo com a concessão. Inclusive hoje Itajaí sofre com a falta de previsibilidade, a falta de manutenção e o impacto que isso causa na operação e em toda a cadeia logística”, afirmou.

Osmari citou a demora no andamento do processo do canal de Itajaí e afirmou que a restrição de profundidade no acesso já afeta a operação. Ele defendeu que o calado previsto para a concessão seja de 16 metros e que os portos integrados na região trabalhem com a mesma referência. “Não faz sentido termos portos na mesma linha com

Nosso Relatório de Sustentabilidade Safra 25/26 chega à 10ª edição apresentando resultados que refletem a forma como a sustentabilidade está integrada aos negócios do Ecossistema Copersucar.



Na Safra 25/26, avançamos da descarbonização à segurança alimentar, ampliando soluções como etanol e biometano, investindo em uma logística de menor intensidade de carbono e fortalecendo iniciativas de impacto social.

Clique aqui para ler o relatório completo ou acesse pelo QR Code.

copersucar



De raízes fortes, crescem a sustentabilidade e a inovação.

Na Cargill, nossa história e visão de futuro se unem em torno de um propósito: nutrir o mundo de maneira segura, responsável e sustentável. Há mais de 60 anos no Brasil, cultivamos relações sólidas, conectando quem produz alimentos a quem consome. Entregamos soluções locais com impacto global. Estamos ao lado de clientes dos setores alimentício, agrícola, financeiro e industrial e das comunidades onde atuamos, repensando o futuro da produção alimentar e protegendo nosso planeta para as próximas gerações.
cargill.com.br

Nourishing the world

ESPECIAL | Sul Export

CONTINUAÇÃO DA MATÉRIA DA PÁGINA 24

Wellington Sauer/Estúdio Douglas Guimarães



O painel “Desafios para o desenvolvimento e concessão de hidrovias e serviços nos portos da região Sul” debateu modelos de concessão e acessos portuários no Fórum Sul Export

profundidades diferentes”, disse. O executivo também relacionou a demora aos investimentos feitos pelos terminais. A Portonave está concluindo um aporte de R\$ 2 bilhões para permitir a operação de navios de até 400 metros e adquiriu dois novos equipamentos STS (ship-to-shore), usados na movimentação de contêineres. “Os navios não entram hoje lá, então nós teremos um ativo que vai ser depreciado sem utilização”, afirmou.

Questionado sobre o andamento da concessão do canal de acesso de Itajaí, Conrado Fereza, coordenador de Projetos Portuários e Aquaviários da Infra S.A., afirmou que o projeto passou por nova análise do Tribunal de Contas da União (TCU) e teve os estudos revisados antes do encaminhamento ao Ministério de Portos e Aeroportos e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). “Estamos em constante con-

versa com o corpo de contas e aprimoramos alguns mecanismos e fizemos essa revisão”, explicou. Segundo Fereza, a documentação já foi encaminhada aos dois órgãos. O processo, de acordo com ele, está na Procuradoria e próximo da autorização para publicação do edital, mas não há prazo informado. O TCU analisou o projeto de concessão do acesso aquaviário de Itajaí em 2026. O modelo prevê a manutenção da autoridade por-

tuária pública e a concessão da administração e exploração da infraestrutura do canal. O tribunal apontou a necessidade de ajustes nos estudos, incluindo questões de engenharia e distribuição de riscos. Fereza ressaltou ainda que a concessão dos canais não precisa seguir um modelo único e deve ser usada de acordo com as características de cada complexo. Fabiano Ramalho, diretor de Finanças e Gestão da SCPAr, citou a Baía da Babitonga, onde está o Porto de São Francisco do Sul, como exemplo de local em que a concessão pode fazer sentido pela presença de diferentes terminais dependentes da eficiência do acesso aquaviário. “A concessão é ferramenta. Ela vai fazer sentido em determinadas situações e pode não fazer sentido em outras”, disse. O executivo contrapôs esse cenário ao do Porto de Imbituba, que não possui terminais privados em seu canal e já conta, segundo ele, com condições adequadas de profundidade e planejamento para os programas de dragagem.

Portos ampliam investimentos em resiliência climática

Terminais e empresas de infraestrutura defendem medidas permanentes para proteger operações e ativos diante de eventos extremos

Divulgação

VANESSA PIMENTEL
vanessa.pimentel@redenenews.com.br

Os efeitos dos eventos climáticos extremos sobre a operação portuária passaram a ocupar espaço maior no planejamento dos portos da Região Sul. Representantes de

►
O molhe de abrigo do Porto de Imbituba passa por obras de reforço e recuperação para ampliar a proteção da área portuária diante de condições climáticas adversas e ondas fortes





JAN DE NUL

O Grupo Jan De Nul transforma água, terra e energia ao redor do mundo, enfrentando alguns dos maiores desafios do nosso tempo. Desde a elevação do nível do mar até a transição energética, do solo contaminado à construção sustentável: desenvolvemos soluções "à prova de futuro". Nossa ambição é para a melhoria da qualidade de vida global para as gerações futuras.



WE ARE
WORLD
BUILDERS

Integre sistemas. Ganhe eficiência na operação.

A Mosten conecta dados, software e automação em operações logísticas complexas.

Consultoria AI Enterprise.
Tecnologia aplicada ao desafio da sua operação.



mosten

Negócios e tecnologia caminham juntos

ESPECIAL | Sul Export

CONTINUAÇÃO DA MATÉRIA DA PÁGINA 26

terminais, autoridades portuárias e empresas de infraestrutura defenderam a incorporação de medidas de resiliência aos investimentos e aos futuros contratos de concessão durante painel do Sul Export 2026, realizado em Foz do Iguaçu (PR), no dia 17 de setembro.

A avaliação apresentada no encontro é que a adaptação deixou de ser uma preocupação exclusivamente ambiental e passou a envolver diretamente a continuidade das operações, a proteção dos ativos e a previsibilidade dos investimentos.

Na Portonave, a agenda já conta com uma estrutura dedicada ao tema, com comitê e área de sustentabilidade. Segundo o diretor superintendente Administrativo da empresa, Osmari de Castilho Ribas, o desafio é transformar a preocupação com os eventos climáticos em medidas efetivas e coordenadas entre os diferentes agentes da cadeia.

O executivo citou como exemplo o impacto da espera dos navios para acessar o porto, com embarcações permanecendo em ope-

ração e consumindo combustível enquanto aguardam condições adequadas de entrada. A empresa também mantém alinhamento com o Porto de Itajaí e outros terminais por meio de um comitê integrado para acompanhar os riscos climáticos.

“Temos uma preocupação muito grande com o fenômeno El Niño pela condição em que nós nos encontramos”, afirmou Osmari.

No Rio Grande do Sul, a experiência recente com eventos extremos reforçou a necessidade de investimentos voltados à proteção da infraestrutura. O diretor-presidente do Tecon Rio Grande, Paulo Bertinetti, destacou as ações da Portos RS de monitoramento climático e afirmou que os terminais também vêm direcionando recursos para medidas de mitigação, especialmente para preservar a segurança das pessoas e dos ativos.

Para ele, a preparação precisa superar os ciclos de gestão das autoridades portuárias e ser incorporada ao planejamento de longo prazo dos complexos. “Porto não é para quatro anos, é para 50, 100

anos”, afirmou.

Bertinetti também defendeu maior coordenação entre as autoridades portuárias. Na avaliação do executivo, a experiência acumulada com os eventos climáticos recentes precisa ser transformada em protocolos, projetos e investimentos permanentes, para que a resposta aos riscos não dependa apenas de iniciativas isoladas.

Em Santa Catarina, a SCPar adotou uma medida preventiva no Porto de Imbituba com o início de uma obra de reforço e recuperação do molhe de abrigo. A estrutura protege a área portuária da ação das ondas e, segundo o diretor de Finanças e Gestão da companhia, Fabiano Ramalho, a intervenção busca manter condições mais estáveis de operação diante de cenários climáticos adversos.

Para a Infra S.A., a questão climática também deve ser incorporada desde a estruturação dos projetos de concessão. O coordenador de Projetos Portuários e Aquaviários da empresa, Conrado Fereza, afirmou que os estudos para os canais de acesso já consi-

deram mecanismos de resiliência e distribuição de responsabilidades diante de eventos capazes de alterar as condições previstas de operação.

“Ferramentas de resiliência climática estão também na espinha dorsal dos nossos estudos de concessão de acesso de canais”, afirmou.

A proposta é estabelecer previamente uma matriz de riscos que defina quem será responsável por eventuais custos adicionais. No caso do assoreamento, por exemplo, os contratos podem prever uma faixa de referência para os volumes de dragagem de manutenção. Dentro desse limite, a responsabilidade ficaria com o concessionário. Em situações que ultrapassem a faixa estabelecida, o risco poderia ser assumido pelo poder público.

O modelo também prevê mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro para preservar a execução dos contratos diante de eventos extraordinários. Entre as possibilidades citadas estão alterações tarifárias ou extensão do prazo contratual.



multilog.com.br

30 anos de conquistas que só a confiança entrega

Há três décadas, transformamos desafios em rotas e sonhos em entregas. Evoluímos, ampliamos nossa voz, abraçamos novos parceiros. Mas seguimos fiéis ao que nos trouxe até aqui: uma logística humana, pulsante, que **nasce das pessoas e entrega para as pessoas.**

30 anos MULTIELOG Essa é a nossa essência.



PIANC BRASIL
Sessão Nacional - The World Association for Waterborne Transport Infrastructure

O Brasil ganhou voz. E você também pode.

- ➔ Acesso ao conhecimento técnico global em infraestrutura portuária e aquaviária.
- ➔ Voz nas comissões e nos grupos de trabalho internacionais.
- ➔ Normas adaptadas à realidade brasileira.


Associe-se



■ ESPECIAL | Sul Export

Conteúdo local abre espaço para fornecedores brasileiros no offshore

Petrobras e Techint veem oportunidade para ampliar participação nacional na fabricação de módulos e equipamentos para novas plataformas

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redenenews.com.br

A exigência de conteúdo local em projetos de petróleo e gás pode representar uma oportunidade para ampliar a participação de fornecedores brasileiros, especialmente em segmentos ligados à fabricação de módulos e equipamentos para plataformas. A avaliação foi apresentada por executivos da Petrobras e da Techint durante o painel

“Estratégia, cadeia de suprimentos e sustentabilidade no setor naval da região Sul”, no Sul Export 2026.

Para a Petrobras, a participação de empresas nacionais deve ser analisada dentro de uma estratégia de longo prazo. O gerente-geral de Estratégia de Contratação da Petrobras, Marcelo De Carvalho Bonniard, afirmou que projetos de exploração e produção podem levar de três a sete anos entre a descoberta e o início da produção, o que exige relações duradouras entre a companhia e seus fornecedores.

“Trata-se de uma indústria que demanda investimentos de longo prazo. Para nós, estabelecer relacionamentos baseados na confiança é fundamental”, afirmou Bonniard.

Segundo o executivo, o ambiente internacional de maior incerteza reforça a importância de contar com uma base de fornecedores locais. Nesse contexto, a Petrobras considera o conteúdo local mais do que uma obrigação prevista nos contratos.

“É sob essa perspectiva que encaramos o conteúdo local: muito além de uma obrigação formal estabelecida desde a licitação dos campos, trata-se de uma aliança indispensável para a sustentabilidade dos negócios da Petrobras”, disse.

Cadeia de fornecedores

A avaliação encontra correspondência na estratégia da Te-

chint, que atua há mais de 40 anos no segmento offshore e mantém uma unidade em Pontal do Paraná. A empresa afirma ter concluído mais de 300 projetos em parceria com a Petrobras e mantém no Estado uma estrutura de 218 mil metros quadrados, com unidade de fabricação e cais próprio.

O diretor de Negócios e Projetos Offshore da Techint, Thiago de Oliveira Castro, afirmou que grandes projetos de plataformas são disputados principalmente por empresas asiáticas, que podem buscar parceiros brasileiros para atender às exigências de conteúdo local.

“Estas organizações buscam parceiros no Brasil justamente para ►



Foz do Iguaçu
foi o nosso ponto de encontro

Nos dias 17 e 18 de setembro, a PIATEC participou da Sul Export 2026. Foram dois dias de novas conexões, troca de experiências e apresentação das nossas soluções a profissionais e empresas que movimentam o comércio exterior.

Voltamos com grandes encontros e novas oportunidades para o futuro.





Produtividade que faz a logística avançar

Liderança em produtividade de navio
114 movimentos por hora.*
*Média registrada em 2023, segundo a ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários).

Investimentos que impulsionam a inovação
R\$ 2 bi
destinados a obras e aquisição de equipamentos 100% elétricos.

Especialista em cargas com temperatura controlada

Agilidade operacional
Permanência média de caminhões no terminal de 28 minutos. Operação em ciclo duplo.

Excelência que impulsiona os resultados.
Situada em um dos principais polos de comércio exterior do país, a Portonave oferece soluções que otimizam o movimento de cargas e aproximam mercados de todo o mundo.


Com excelência, aonde for.

ESPECIAL | Sul Export

CONTINUAÇÃO DA MATÉRIA DA PÁGINA 28

Wellington Sauer/Estúdio Douglas Guimarães



O painel “Estratégia, cadeia de suprimentos e sustentabilidade no setor naval da região Sul” do fórum reuniu Petrobras e Techint para discutir conteúdo local e cadeia de fornecedores

cumprir as exigências de conteúdo local, o que movimenta toda a nossa cadeia de suprimentos”, afirmou Castro.

Para o executivo, mesmo percentuais que possam parecer reduzidos ganham relevância quan-

do aplicados à estrutura de uma plataforma. Segundo Castro, uma unidade pode ser dividida em oito a dez módulos, criando uma demanda significativa para fabricantes, prestadores de serviços e trabalhadores.

“Embora um percentual de 25% possa parecer modesto à primeira vista, ele representa um volume expressivo de trabalho quando desdobrado nos módulos que compõem uma plataforma”, disse.

Base

O Estado do Paraná aparece, na avaliação da Techint, como uma possível base para a fabricação desses componentes. A companhia cita a existência de fornecedores de estruturas metálicas e fabricantes de equipamentos em Curitiba, além da estrutura offshore instalada em Pontal do Paraná.

“Essa localização privilegiada nos confere a competência e a capacidade técnica necessárias para atender com êxito aos requisitos de conteúdo local na fabricação de módulos”, afirmou Castro.

A perspectiva ganha relevância diante do cronograma de novos projetos da Petrobras. A companhia prevê novas plataformas para Sergipe Águas Profundas, Búzios e revitalizações de campos maduros, com projetos previstos para chegar ao mercado entre 2027 e 2028. O planejamento apresentado pela empresa também aponta continuidade das instalações de FPSOs até 2031.

PORTO ITAPOÁ

EFICIÊNCIA QUE CONECTA O BRASIL AO MUNDO.

INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA E EXCELÊNCIA PARA MOVIMENTAR O FUTURO.

Localizado em uma das regiões mais estratégicas para o comércio exterior brasileiro, o Porto Itapoá combina infraestrutura de alta capacidade, tecnologia e eficiência operacional para conectar negócios aos principais mercados globais.

Com investimentos contínuos em inovação, segurança e sustentabilidade, o Terminal evolui para oferecer cada vez mais agilidade, previsibilidade e excelência aos seus clientes e parceiros.

BUILDING THE FUTURE.

PORTOS RS

Conectando vias para o desenvolvimento

Impulsionando o desenvolvimento logístico com inovação e eficiência

Dados 2026 | Sistema Hidroportuário do Rio Grande do Sul

+28 Milhões de toneladas movimentadas em 2026

+240 Mil TEUS movimentados (Movimentação de Contêiner)

2.455 Embarcações atracadas

Acesse o QR code para saber mais

Eólica offshore depende de regulamentação para integrar autoridades

Lei criou novas etapas para análise dos projetos, mas decreto ainda precisa organizar atuação de diferentes órgãos

GEOVANNA BARBOSA
redacao.jornal@redenenews.com.br

O avanço da eólica offshore no Brasil depende da regulamentação da Lei nº 15.097/2025 para organizar a atuação das diferentes autoridades envolvidas nos projetos. O tema foi discutido no último dia 17, durante o Fórum Sul Export 2026, em Foz do Iguaçu (PR), em painel sobre a relação entre par-

ques eólicos, portos e navegação. Segundo o diretor de Novos Negócios da ABEEólica, Marcello Cabral, a legislação criou uma etapa prévia para avaliar possíveis interferências antes de o empreendedor avançar para estudos mais complexos e caros. A análise envolve questões como navegação, meio ambiente e uso múltiplo do espaço marítimo. A lei também prevê um portal único para concentrar as informações e permitir a participação dos diferentes órgãos envolvidos. Para Cabral, a regulamentação deverá

definir a sequência dessas avaliações e evitar sobreposição de competências. “Existe uma fase pré muito importante para garantir que o que está na lei, de respeito às regras de navegação, respeito ao uso múltiplo do mar, seja respeitado”, afirmou. Marinha e diretrizes técnicas A atuação da autoridade marítima também foi destacada durante o debate. O engenheiro Felipe Ribolla Masetti, da Technomar Engenharia, afirmou que a Marinha já possui normas para avaliar os

impactos dos parques sobre a navegação. A NORMAM-303 trata, entre outros pontos, de interferências em acessos portuários, riscos à navegação e sistemas de comunicação e radar. Já a NORMAM-601 estabelece diretrizes para a sinalização náutica dos empreendimentos. As recomendações da Pianc (sigla em inglês para Associação Mundial para Infraestrutura de Transporte Aquaviário), organização internacional da qual o Brasil participa desde 2007, podem

Conduzimos navios em segurança, protegendo o comércio marítimo, as pessoas e o meio ambiente onde vivem.



**PRATICAGEM DO BRASIL**
praticagemdobrasil.org.br

Um novo caminho para a logística do Sudeste

Grandes investimentos em infraestrutura, mais capacidade e integração logística com a ferrovia estão criando um corredor eficiente entre a **Rio Brasil Terminal** e os principais mercados consumidores do país.

PORTO → FERROVIA → ATIVOS LOGÍSTICOS → SP / MG

Corredor ferroviário do Sudeste



RBT - Terminal Neutro de Carbono

Operações com menor pegada carbono, mais eficiência, maior escala e integração porto-ferrovia



EXPANSÃO PORTUÁRIA **NOVOS EQUIPAMENTOS** **TOTAL CONEXÃO FERROVIÁRIA**

+ Capacidade + Conectividade + Rotas Marítimas
- Menor pegada de carbono

**RIO BRASIL TERMINAL**
An ICTSI Group Company

**EMPRESA PARCEIRA da NATUREZA**
ibdn.org.br

**EMPRESA NEUTRA do CARBONO**
ibdn.org.br

ESPECIAL | Sul Export

CONTINUAÇÃO DA MATÉRIA DA PÁGINA 30

Wellington Sauer/Estúdio Douglas Guimarães

complementar essas normas com metodologias para avaliar distâncias entre parques e rotas de navegação, áreas de manobra, riscos e operações de emergência.

Segundo Masetti, não há uma distância única que possa ser aplicada a todos os projetos. Cada empreendimento precisa considerar as características da região e das atividades já existentes.

Projetos-piloto

Os projetos-piloto foram apontados como uma forma de testar tanto a tecnologia quanto os procedimentos regulatórios. Entre as iniciativas citadas está um projeto de eólica flutuante em Rio Grande (RS), desenvolvido pela JB Energy.

O CEO da empresa, Rodolfo Gonçalves, afirmou que o projeto pretende avaliar impactos sobre navegação, pesca, meio ambiente e infraestrutura, além de envolver empresas locais, órgãos públicos e a comunidade portuária.

A experiência japonesa foi citada como exemplo da importância de considerar os portos desde



O painel do fórum debateu os desafios da eólica offshore, com foco em regulamentação, segurança da navegação, portos e coordenação entre diferentes órgãos públicos

o início. Segundo Gonçalves, o país desenvolveu projetos-piloto durante anos, mas encontrou dificuldades para avançar à escala comercial por não ter planejado a infraestrutura portuária de forma antecipada.

Portos

O diretor de Meio Ambiente da Portos RS, Henrique Horn Ilha,

destacou que a dimensão dos equipamentos exigirá infraestrutura adequada para fabricação, montagem e movimentação. A experiência brasileira no setor de petróleo e gás, segundo ele, pode facilitar a formação da nova cadeia produtiva.

A expectativa é que diferentes terminais participem das etapas de fabricação, transporte, instalação e manutenção dos parques. Nesse

cenário, a cabotagem deverá ganhar espaço diante das dimensões dos componentes.

O painel teve participação de Felipe Ribolla Masetti, da Technomar Engenharia; Henrique Horn Ilha, da Portos RS; Marcello Cabral, da ABEEólica; e Rodolfo Gonçalves, da JB Energy. A mediação foi de Jacqueline Wendpap, diretora-executiva do Instituto Praticagem do Brasil.

O COMPROMISSO COM A ENTREGA É NOSSA MARCA.

A Techint Engenharia e Construção está há 79 anos no Brasil.

Em apenas 18 meses, executamos o projeto Fortin de Piedra, que hoje permite forcener mais de 15% do gás consumido na Argentina.

Localizado na jazida de shale gas de Vaca Muerta, a segunda maior reserva de gás não convencional do mundo, a Planta de Processamento de Gás (CPF) processa 21 milhões m³ de gás por dia.

O Brasil pode contar com nossa energia.

TECHINT
Engenharia e Construção

techint.com

A TiL acredita no Sul e no Brasil

Navegantes

Rio de Janeiro

Santos

Presente nos principais portos do mundo, a TiL **acredita, investe e desenvolve** projetos de infraestrutura portuária fundamentais para o Brasil.

TiL
Terminal Investment Limited
www.tilgroup.com

■ ESPECIAL | Sul Export

Julião ressalta participação privada na infraestrutura do Sul

CEO do Grupo Brasil Export aponta acessos como principal desafio e cita expansão da Multilog e corredor verde da BR-277

Wellington Sauer/Estúdio Douglas Guimarães

VANESSA PIMENTEL
vanessa.pimentel@redenenews.com.br

O avanço da atividade econômica e logística na Região Sul precisa ser acompanhado por novos investimentos em infraestrutura, principalmente na melhoria dos acessos aos corredores de transporte e aos portos. A avaliação é do CEO do Grupo Brasil Export, Fabricio Julião, durante a abertura do Fórum Sul Export, no último dia 17, em Foz do Iguaçu (PR).

Segundo Julião, o crescimento das operações exige ampliação da capacidade dos acessos e mobili-



zação de investimentos. “A palavra de ordem é acessos. Isso acontece em todos os portos, em todo o País. Precisamos discutir investimentos”, afirmou.

O executivo também destacou a maior participação privada no setor

e citou estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), segundo o qual o País precisa praticamente dobrar os investimentos anuais em infraestrutura. Em 2024, a iniciativa privada respondeu por 61,5% dos recursos destinados ao segmento.

O executivo destacou a maior participação privada no setor e citou estudo da CNI, segundo o qual o País precisa praticamente dobrar os investimentos anuais em infraestrutura

Entre os exemplos mencionados, Julião citou a expansão da Multilog em Foz do Iguaçu, onde a empresa prevê inaugurar em dezembro um novo Porto Seco, com geração de 250 empregos diretos.

O CEO também defendeu que a expansão da infraestrutura seja acompanhada por medidas de sustentabilidade. Como exemplo, citou o corredor verde da BR-277, entre Curitiba e o Porto de Paranaguá (PR), administrado pela EPR Litoral Pioneiro, com ações para reduzir emissões e aumentar a eficiência do transporte de cargas.



Wilson Sons: há 188 anos, contribuindo com o desenvolvimento do Brasil

Com abrangência nacional, somos referência no segmento de logística portuária e marítima, apoiando o comércio doméstico e internacional.

Por meio de terminais de contêineres, rebocadores, estaleiro, agência marítima, bases de apoio offshore e centro logístico, oferecemos soluções seguras, eficientes e inovadoras para mais de 5 mil clientes de diversos setores da economia.



www.wilsonsons.com.br







PORTOS
AEROPORTOS
PRÉDIOS PÚBLICOS
EMPRESAS PRIVADAS

Soluções completas para operações portuárias, logísticas e aeroportuárias.



+800
COLABORADORES



PRESEÇA NO BRASIL
E EM OUTROS PAÍSES



UM ECOSISTEMA COMPLETO DE TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E PESSOAS CONECTADAS PARA **PROTEGER O QUE MAIS IMPORTA.**



VENDA, LOCAÇÃO E OPERAÇÃO DE SCANNERS



MANUTENÇÃO ESPECIALIZADA



VISTORIA DE CONTÊINERS



AUTOMAÇÃO PORTUÁRIA E CONTROLE DE ACESSO



SUPORTE PÓS-VENDA DE EXCELÊNCIA



FALE COM UM ESPECIALISTA:



+55 13 4004-9040



comercial@techscan.com.br

Logística pesa na decisão de empresas que avaliam operar no Paraguai

Especialista alerta que incentivos fiscais não bastam e recomenda análise prévia de portos, modais, estoques, fornecedores e custos

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redebnews.com.br

Os incentivos fiscais oferecidos pelo Paraguai podem atrair empresas brasileiras, mas não são suficientes para garantir a viabilidade de uma operação industrial no país. A avaliação foi apresentada pela executiva de supply chain e especialista em otimização logística global Selma Nadir Peralta durante o InfraJur - Encontro de Direito de Infraestrutura de Transportes, Energia e Mineração, que ocorreu dentro da programação do Sul Export.

Segundo Selma, empresas interessadas em ingressar no mercado paraguaio precisam analisar toda a cadeia de suprimentos antes de transferir suas operações. A avaliação envolve desde a estrutura societária e tributária até fornecedores, custos de matérias-primas, portos, modais de transporte, estoques e nível de serviço.

“Embora a distância geográfica entre o Brasil e o Paraguai seja

curta, a jornada para uma operação consolidada é complexa e exige planejamento minucioso”, afirmou.

Para a executiva, o planejamento logístico ganha peso justamente porque o Paraguai não possui saída direta para o mar. A escolha da rota de transporte precisa considerar as características da carga e as necessidades de cada empresa.

Entre os pontos que devem ser avaliados estão o porto mais adequado para cada tipo de produto e a utilização do transporte fluvial. Embora possa apresentar menor custo, o modal hidroviário precisa ser compatível com as necessidades de estoque e com o nível de serviço exigido pela operação.

Selma defendeu uma abordagem de implantação baseada no planejamento prévio da operação: “chegar bem antes de chegar rápido.”

A estratégia, segundo ela, passa por três pilares: estruturação societária e conformidade jurídica; configuração fiscal e tributária; e gestão estratégica da cadeia de suprimentos, logística e comércio exterior.

A executiva relatou ter acompanhado casos de empresas de grande porte que não alcançaram os resultados esperados no Para-

guai apesar de vantagens como o custo competitivo da energia elétrica.

Segundo Selma, a ausência de um mapeamento completo da logística e dos custos das matérias-primas pode comprometer a competitividade do projeto. “Se a dinâmica logística e os custos da matéria-prima não forem devidamente mapeados, o projeto pode se tornar inviável”, afirmou.

Cadeias produtivas

A análise apresentada no InfraJur também foi relacionada ao movimento global de realocização de fornecedores. Para Selma, a reorganização das cadeias produtivas diante das mudanças no cenário internacional abre espaço para a América do Sul como plataforma de produção e distribuição.

Nesse contexto, a instalação de uma empresa no Paraguai não deve ser analisada isoladamente. A localização dos fornecedores e a estrutura necessária para movimentar matérias-primas e produtos acabados fazem parte da equação.

A avaliação complementa os dados apresentados pela advogada especializada em Regime de Maqui-

latria e de serviços, Adria Báez Bolla. Segundo ela, o regime permite que empresas paraguaias importem insumos e bens de capital com suspensão de tributos aduaneiros e realizem a transformação ou montagem para posterior exportação.

O mecanismo prevê tributação de 1% sobre o valor agregado da operação e, segundo os dados apresentados no evento, já reúne mais de 350 empresas e gera mais de 37 mil empregos diretos.

Corredor logístico

Presidente do Conselho Internacional do Brasil Export, Joel Julius destacou que a importância do Paraguai para as empresas brasileiras também está relacionada à sua posição nas rotas de comércio do Mercosul. “O país exerce papel de corredor logístico, mas também vem ampliando sua participação como polo de produção e exportação”, afirmou.

No transporte fluvial, ele citou a operação da Rocktree, presente em mais de 12 países. Conforme os dados apresentados por ele, a empresa possui 426 barcas na América do Sul, das quais 90% operam sob bandeira paraguaia.

Wellington Sauer/Estúdio Douglas Guimarães



Executivos participaram de painel do InfraJur, no Fórum Sul Export 2026, sobre logística, regime de maqui-
la e os desafios para empresas brasileiras que buscam operar no Paraguai